

23/08/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[O papel do professor na sala de aula](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Um país mal educado e construção de pontes](#)

[O chiqueirinho de Paulo Guedes](#)

[General da reserva vai ocupar diretoria que cuida do Enem, sem chefe desde maio](#)

O GLOBO - RJ

[Atritos públicos e ideologia marcam demissões no governo](#)

Imprensa Estadual

DIÁRIO CATARINENSE - SC

["Não há solução em um mundo sem ciência"](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[Doutorado](#)

DIÁRIO DE UBERLÂNDIA -MG

[UFU cancela evento por falta de verbas](#)

FOLHA DA MANHÃ – MG

[Revista Científica](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA FAPESP

[FAPESP lança chamadas em parceria com 4 fundações estaduais no Fórum Confap](#)

BOL NOTÍCIAS

[Tucana quer que universidades de SP mostrem pesquisas dos últimos 8 anos](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Tucana quer que universidades de SP mostrem pesquisas dos últimos 8 anos](#)

[Um terço do que governo quer remanejar são cortes da educação](#)

Agências de notícias e sites

G1

[Inep nomeia general para ser diretor do Enem](#)

GAZETA DO POVO – PR

[Mensalidade em universidade pública teria alto custo político e pouco retorno, diz](#)

[Weintraub](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[Cooperação internacional como importante componente na área de C&T](#)

[Mesa-redonda na Academia Brasileira de Letras destaca os desafios da ciência no Brasil](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Um terço do que governo quer remanejar são cortes da Educação](#)

PORTAL VEJA

[PF começa a investigar suspeita de ‘algo criminoso’ em sistemas do MEC](#)

Imprensa Estadual

DIÁRIO DO NORDESTE - CE

[Falta de orçamento ameaça futuro das bolsas do CNPq no Ceará](#)

Agências de notícias e sites

CLICK PICUI - PB

[Programas de assistência estudantil da UFCG garantem permanência dos estudantes no](#)

[Ensino Superior.](#)

DIÁRIO DE CAMPOS

[Reitor da UEPG cumpre agenda política em Brasília](#)

JORNAL DA MANHÃ - PR

[Reitor da UEPG cumpre agenda política em Brasília](#)

AGÊNCIA GLOBO

[MEC indica general da reserva para diretoria responsável pelo Enem](#)

CONSULTOR JURÍDICO

[Ministério da Educação avalia cursos de ensino a distância de Direito](#)

G1

[Novo estatuto da UFPB propõe fim da reeleição do reitor e dos diretores de centro](#)

MONITORDIGITAL

[Cooperação internacional como importante componente na área de C&T](#)

O ANTAGONISTA

[Witzel : “Bolsonaro anima as redes, e o Brasil não sai do lugar”](#)

PORTAL EXAME

[País que despreza a ciência é doente, diz Pedro Moreira Salles](#)

SURGIU

[uase 31 mil candidatos tocantinenses farão provas do Encceja 2019 no domingo, 25](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO

O papel do professor na sala de aula

Para iniciar o diálogo sobre o tema, vamos começar com uma pergunta: você já viu ou vivenciou uma situação na qual o professor aponta um erro ao aluno, e esse sai apagando tudo e reproduz a resposta dada pelo professor? Essa é uma exemplificação bastante simples e corriqueira: a resposta da verdade expressa pelo professor cria um abismo entre o que o estudante sabe e aquilo que deveria saber.

Esse cenário educacional bastante comum nas salas de aulas traz consigo uma história alicerçada na função da educação que, por muito tempo, manteve o professor no centro das relações ensino-aprendizagem, único detentor dos saberes e delegando o insucesso exclusivamente ao aluno. Não se trata aqui de culpar os envolvidos, mas de situar claramente a função e responsabilidade de cada um.

Então, resgatamos um conceito de suma importância, a autonomia. O estudante deveria ser capaz de justificar suas escolhas autonomamente, em detrimento daquela resposta produzida pela obediência heterônoma. Muitos autores da literatura e experiências nacionais e internacionais apontam que, para a construção do conhecimento, o estudante necessita agir sobre e com os objetos da aprendizagem, assumindo uma postura investigativa sobre os seus próprios mecanismos para aprender. Esse comportamento possibilita ao estudante ser o protagonista do seu percurso formativo.

Nesse sentido, cabe ao educador ajudá-lo a transformar as estratégias intuitivas em conhecimento explícito para desenvolver a capacidade para coordenar e adaptar os conhecimentos construídos em novas situações. Mediante essa intenção, a aprendizagem não pode ocorrer segmentada por definições e modelos, mas na atividade de resolução de problemas enquanto metodologia para a construção das diferentes ideias que compõem um conceito.

Além disso, o conteudismo se distancia cada vez mais das tendências atuais: um ensino estruturado por habilidades e competências. O modelo disciplinar isoladamente implica

uma formação fragmentada inviabilizando a capacidade de articular e sintetizar os saberes de forma interdisciplinar. Nessa perspectiva, mais difícil ainda é formar um professor capaz de lidar com gerações tão diferentes dele mesmo e com um currículo escolar no qual predomina a dissonância entre teoria e prática. E quando se trata da licenciatura em Pedagogia no Ensino Superior, essa perspectiva é alarmante!

Convém salientar uma pesquisa de Bernardete Gatti (2010) que, ao estudar os currículos de pedagogia e algumas licenciaturas, indicou que apenas 0,6% deles estavam relacionados ao fazer docente. Também ressaltamos o relatório publicado pela ONG Todos pela Educação, denominado Educação Já, no qual a Pesquisa Profissão Docente indica que 71% dos professores afirmam a formação inicial no ensino superior ser insuficiente para a prática como docente.

Quando o currículo brasileiro é comparado, torna-se visível o não atendimento às necessidades de uma formação integral que corrobore para transformar o país pela educação. Então, como deve ser o currículo da licenciatura para formar professores e estudantes protagonistas? Quando o currículo brasileiro é comparado, torna-se visível o não atendimento às necessidades de uma formação integral que corrobore para transformar o país pela educação. Então, como deve ser o currículo da licenciatura para formar professores e estudantes protagonistas?

Acreditamos que esse caminho passe pelo desenvolvimento do protagonismo do aluno, tendo seus professores atuando como mentores e mediadores na construção do conhecimento, como é o caso da proposta curricular adotada no Grupo Ânima em seu novo curso de pedagogia. São exemplos que merecem ser observados. Fato é que tais indicativos apresentados nos colocam algumas possibilidades. Agora, temos pela frente o desafio de concretizá-lo!

LEONORA PILON QUINTAS

Graduada em pedagogia, MBA em gestão educacional. Atualmente, gerente de Avaliação da Ânima Educação

DENISE ELIZABETH HIMPEL

Graduada em letras, mestre em educação e cultura, MBA em gestão empresarial. Atualmente, gerente do Ensino Híbrido na Ânima Educação

MÁRCIA MARIA DE FREITAS HAUSS

Mestre e especialista em educação e ensino de matemática pela PUC Minas. Licenciada em matemática pela UFMG. Capacitação para formação de professores de matemática e ciências pelo PED-Brasil-Stanford University-Fundação Lemann. Gerente da Formação Docente na Ânima Educação

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Um país mal educado e construção de pontes

É fundamental abandonar trincheiras e buscar parceiros para construir políticas públicas de qualidade

Em 2018, foi publicado um excelente livro de Daniel Barros, estudioso de políticas públicas, com o título “País Mal Educado: Por Que se Aprende Tão Pouco nas Escolas Brasileiras?”, abordando os desafios da educação brasileira e algumas boas práticas que

vêm nos colocando no caminho correto. O tema é abordado na perspectiva do ensino formal e mostra como algumas escolhas feitas pelo Brasil no passado trouxeram dificuldades em assegurar aprendizagem de qualidade para todos no presente.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/claudia-costin/2019/08/um-pais-mal-educado-e-construcao-de-pontes.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

O chiqueirinho de Paulo Guedes

Verbas educacionais não podem cair no jogo político

O ministro da Economia, Paulo Guedes, está propondo uma perigosa mudança na Constituição Federal ao eliminar os dispositivos que hoje garantem e direcionam recursos orçamentários para setores estratégicos, como a educação. Para ele, é preciso acabar com o que chama pejorativamente de “chiqueirinhos”.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/08/o-chiqueirinho-de-paulo-guedes.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

General da reserva vai ocupar diretoria que cuida do Enem, sem chefe desde maio

Carlos Roberto Pinto de Souza não tem experiência em avaliação educacional

Brasília

O general da reserva Carlos Roberto Pinto de Souza foi escolhido pelo governo Jair Bolsonaro (PSL) para assumir a Diretoria de Avaliação da Educação Básica, órgão do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) responsável por ações como o Enem. O cargo estava vago desde maio e, ao longo deste ano, ficou cerca de cinco meses desocupado.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/08/general-da-reserva-vai-ocupar-diretoria-que-cuida-do-enem-sem-chefe-desde-maio.shtml>

topo ↕

O GLOBO - RJ - O PAÍS

Atritos públicos e ideologia marcam demissões no governo

Dos 34 demitidos dos principais cargos, 16 caíram por interferência direta do presidente Jair Bolsonaro

Ao acenar com novas mudanças em cargos de comando no governo — a última, ontem, foi a possível troca do diretor-geral da Polícia Federal —, o presidente Jair Bolsonaro sugere mais capítulos da já extensa série de demissões nos primeiros escalões em oito meses de governo.

Desde janeiro, foram 34 os exonerados, conforme mostrou reportagem do “Estado de S.Paulo”, entre ministros, presidentes e diretores de órgãos federais. A média vem aumentando: o número de demissões já chegam seis em agosto.

Três principais formas de demissão se destacam e englobam quase todos os casos: foram 16 demitidos por interferência direta de Bolsonaro, se sobrepondo ao ministro da área do funcionário exonerado; outros 12 de responsabilidade do ministro do setor; e

três que caíram por influência do vereador Carlos Bolsonaro, filho do presidente.

Quando se olham as causas, em 14 casos o motivo alegado passou por atritos de cunho ideológico com o presidente ou com o governo. Em 28 vezes, a queda aconteceu após atritos públicos entre o presidente ou um ministro com o exonerado, sugerindo que seu perfil não condizia com o do governo.

Após a promessa de “despetizar” a administração federal, Bolsonaro também pressionou pela exoneração de funcionários que considera alinhados com seus opositores. Em junho, por exemplo, Joaquim Levy pediu demissão da presidência do BNDES após ser cobrado publicamente por Bolsonaro pela nomeação do executivo Marcos Barbosa Pinto, egresso de governo do PT.

A incompatibilidade de perfis já atingiu até a ala militar. Ao explicar a exoneração do general Juarez de Paula Cunha da presidência dos Correios, Bolsonaro disse que o militar agia “como um sindicalista”. Outro general a deixar o governo foi Franklimberg Ribeiro de Freitas, que presidia a Funai, e saiu reclamando que o secretário especial de Assuntos Fundiários Nabhan Garcia “saliva ódio” contra as populações indígenas.

DE ONDE VIERAM AS EXONERAÇÕES DE MINISTROS EM ÓRGÃOS FEDERAIS

Demitidos após interferência direta de Bolsonaro:

José Paulo Ramos Fachada (Receita), Roberto Leonel (Coaf), Henrique Pires (Cultura), Delano Valentim (Banco do Brasil), Juarez de Paula Cunha (Correios), Joaquim Levy e Marcos Barbosa Pinto (BNDES), Cláudio Crespo e José Santana Beviláqua (IBGE), Suely Araújo e José Olímpio Morelli (Ibama), Ricardo Galvão e Maria Inês Fini (Inep), Paulo Roberto Senise e Teté Bezerra (Embratur) Eugenia Gonzaga (Comissão de Mortos e Desaparecidos).

Exonerados por ministros:

Franklimberg Freitas (Funai), Adalberto Eberhard (ICMBio), Alfredo Sirkis (Fórum de Mudanças Climáticas), Marcus Vinicius Rodrigues e Elmer Vicenzi (Inep), Luiz Tozi, Ricardo Vieira e Marcia Amarilio Silva (MEC), M. A. Vieira (Esportes), Mario Vilalva e Marcio Coimbra (APEX) e Sebastião Barbosa (Embrapa)

Influência de Carlos Bolsonaro:

Gustavo Bebianno, Carlos Alberto Santos Cruz e Floriano Barbosa.

Outros:

Vélez Rodriguez (Educação), Samantha Ribeiro (Itaipu) e Mariana Ribas (Ancine)

[topo](#)

DIÁRIO CATARINENSE - SC - ESTELA BENETTI

"Não há solução em um mundo sem ciência"

João Batista Calixto, professor e pesquisador

O trabalho como professor e pesquisador de medicamentos na UFSC consolidaram a carreira de sucesso do biólogo, doutor em farmacologia e cientista João Batista Calixto, hoje diretor do Centro de Inovação e Ensaios Pré-Clínicos (CIEnP) de Florianópolis. Pelo conjunto da obra, ele foi reconhecido na noite de quarta-feira com o 1º Prêmio CBMM de Ciência e Tecnologia, no Rio

O que representa esse prêmio para o senhor?

É uma responsabilidade enorme representar a classe científica. Este é o maior prêmio do Brasil em Ciência e Tecnologia. Foi lançado pela CBMM, Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração, empresa que é líder mundial em fornecimento de produtos de nióbio e está presente em mais de 20 países. Ela pertence ao Grupo Moreira Salles, do Rio de Janeiro, que tem tradição em apoiar a ciência e a cultura.

Como iniciou sua trajetória e evoluiu para a pesquisa de fármacos?

Desse prêmio que me reconhece agora, 90% está ligado à minha trajetória na universidade. Sou Biólogo pela Universidade de Brasília, mestre e doutor em farmacologia pela USP, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Sempre trabalhei muito com pesquisa básica. Com o Laboratório Catarinense, de Joinville, eu fiz a minha primeira parceria como cientista. Em 2010, fui convidado para criar o Centro de Inovação e Ensaios Pré-Clínicos (CIEnP) em Florianópolis e em 2013 me aposentei na UFSC. Agora, só trabalho na área de inovação no CIEnP. A instituição mantém parcerias com a UFSC. Eu também participo de diversas entidades científicas do Brasil.

Como o senhor avalia os cortes de recursos para pesquisas e polêmicas políticas na área?

Não consigo entender como as pessoas não percebem a importância da ciência. Medicamentos, tecnologias, tudo vem da pesquisa e inovação. É muito difícil ver que a alta cúpula do país não dá valor a ciência, que é a base de tudo. Mas acho que é muita ideologia, tenho esperança de que as coisas vão mudar. As crises não são totalmente ruins. Geram reflexões e abrem caminhos. Ninguém esperava essa mudança agora, essas polêmicas sobre pesquisas. Muitas pessoas receberam bolsas do CNPq e da **Capes**. Fica quase impossível acreditar que isso está acontecendo.

[topo](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - JOÃO ALBERTO

Doutorado

Marcelo e Liane Ventura comandam hoje, às 14h, no auditório do Centro Especializado em Reabilitação da Fundação Altino Ventura, o lançamento do doutorado interinstitucional em oftalmologia da **Capes**, com a presença do professor Rubens Belfort Júnior, da Academia Nacional de Medicina e da Academia Brasileira de Ciências.

[topo](#)

DIÁRIO DE UBERLÂNDIA -MG - CIDADES

UFU cancela evento por falta de verbas

Devido ao contingenciamento na educação por parte do governo Federal, alguns serviços e atividades da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) já começaram a ser interrompidos. Na tarde de ontem, a instituição anunciou o cancelamento da reunião regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) por falta de recursos.

De acordo com o documento assinado pelo diretor de pesquisa da UFU, Kleber Del

Claro, o evento estava pré-agendado para acontecer entre os dias 14 e 16 de outubro. Todos os preparativos já estavam em andamento, mas não havia garantia de condições mínimas para a realização do encontro.

A reunião da SBPC contaria com palestras, apresentações de trabalhos e atividades de divulgação científica de todas as áreas do conhecimento. A entrega do Prêmio Inovação UFU 4.0, que estava marcada para acontecer durante o evento, está mantida para o dia 14 de outubro. Mais informações sobre a cerimônia de premiação serão divulgadas em breve.

O diretor explicou que não há nenhuma garantia de apoio ao projeto por parte do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas (Fapemig). Devido a esses impasses, a UFU e a SBPC decidiram não realizar o evento.

No documento, Kleber ainda agradeceu o apoio da reitoria da universidade e também de outros setores que trabalharam para que a decisão fosse evitada.

■ INTERCAMPI

O serviço de transporte intercampi e intermunicipal também sofreu alteração devido ao bloqueio orçamentário. A medida começará a valer a partir do dia 26 de agosto, por tempo indeterminado, com mudança de horários e quantitativo de veículos entre os campi em Uberlândia.

O transporte intermunicipal para os campi fora da cidade encontra-se suspenso, exceto o trajeto Tupã/B loco 2 em Ituiutaba, que será mantido em atendimento às atividades acadêmicas sem alteração de horário.

■ OUTROS CORTES

O Diário de Uberlândia entrou em contato com a UFU para saber se outros eventos, ações e atividades foram suspensas nos últimos dias em virtude dos cortes e a partir das ações de contingenciamento anunciadas na última semana à comunidade acadêmica.

A assessoria de comunicação da instituição informou que, até o momento, só está ciente sobre o cancelamento do evento citado no início da matéria, além das demais medidas já anunciadas pela Pró-Reitoria De Planejamento e Administração (Proplad).

Entre as medidas adotadas de imediato pela instituição estão a redução em 50% da quantidade de postos de trabalho nos contratos de mão de obra, suspensão temporária de contratos de prestação de serviços, suspensão temporária de 100% do contrato de lanches, redução de 60% do quadro de estagiários e suspensão do pagamento de bolsas de iniciação científica.

A situação poderá ser revista caso o Ministério da Educação (MEC) preste novas informações sobre o desbloqueio do orçamento, possibilitando o retorno parcial dos serviços suspensos.

topo ↕

FOLHA DA MANHÃ – MG - GERAL
Revista Científica

Na última avaliação dos periódicos científicos credenciados pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, a revista "Perspectivas Online: humanas e sociais aplicadas", do Isecensa, saltou para o nível B1.. Esta classificação abrange os periódicos considerados de excelência nacional.

topo ↕

AGÊNCIA FAPESP - NOTÍCIAS

FAPESP lança chamadas em parceria com 4 fundações estaduais no Fórum Confap

Claudia Izique | Agência FAPESP – A FAPESP lançou quatro chamadas de propostas em parceria com Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) de Alagoas (Fapeal), do Amapá (Fapeap), da Paraíba (Fapesq) e do Distrito Federal (FAPDF), com o objetivo de criar oportunidades de colaboração, em diversas áreas do conhecimento, entre pesquisadores de São Paulo e das quatro Unidades da Federação.

O anúncio foi feito na cerimônia de abertura do Fórum do Conselho da Fundações de Amparo à Pesquisa (Confap), em São Paulo, entre os dias 22 e 23 de agosto, que reuniu presidentes e representantes de FAPs de 23 estados do país. No mesmo evento, a FAPESP firmou acordos de cooperação bilateral com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Santa Catarina (Fapescc), que também resultarão em chamadas conjuntas de propostas.

Outras quatro chamadas serão anunciadas até o final de outubro: com a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (Fapespa), com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg), com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) e com a Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná.

“A soma de esforços trará resultados significativos porque ampliará e qualificará a pesquisa. Essa oportunidade renova a esperança e o espírito de luta”, disse Evaldo Ferreira Vilela, presidente do Confap e da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig).

“Estamos aqui para falar de oportunidades, para tratar do papel da ciência, do seu financiamento, de sua governança e da coordenação de interesses comuns. Não há desenvolvimento sem ciência e tecnologia”, disse Marco Antonio Zago, presidente da FAPESP.

As colaborações entre grupos de pesquisadores de diferentes regiões do país contribuem de forma relevante para aumentar a visibilidade internacional das publicações científicas de todos os parceiros envolvidos, disse Zago, citando os resultados de pesquisa realizada pela Coordenação de Indicadores de CT&I e pela Gerência de Estudos e Indicadores da FAPESP, ainda não publicada. “O impacto normalizado das publicações é maior, assim como o impacto médio das publicações, e isso é um argumento forte a favor da cooperação estadual.”

“A colaboração entre as FAPs permite a formação de redes de pesquisas com equipes interestaduais, aumentando a visibilidade de resultados. Ninguém faz mais nada sozinho”, completou o presidente do Confap.

A parceria com o Confap já resultou em chamadas com a Fundação de Amparo à

Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe) e com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs). Nesta última chamada, encerrada no dia 15 de junho, foram recebidas 148 propostas, que agora se encontram em análise.

Novas formas de financiamento

Nas vésperas da abertura do Fórum do Confap (21/8), dirigentes de FAPs tinham se reunido com representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e de agências federais de fomento – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Coordenação para o Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (**Capes**) e Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep). E as notícias não foram boas.

Julio Cesar Piffero de Siqueira, coordenador de Programas Especiais da **Capes**, falou sobre os cortes no orçamento. “Precisamos repensar acordos e pensar em um modelo novo de relação com as FAPs para 2020.”

Vilson Rosa de Almeida, diretor de Cooperação Institucional do CNPq, também afirmou que o órgão busca cobrir a falta de recursos que “acabam em outubro”. “O CNPq tem interesse em intensificar a colaboração com as FAPs, mas precisamos pensar em novas formas de financiamento”, afirmou, citando o exemplo de endowment funds.

Marcelo Nicolas Camargo, do Departamento de Fomento à Interação entre as Ciências Aplicadas e Inovação da Finep, apresentou resultados do programa Centelha de Estímulo ao Empreendedorismo – a criação de 588 startups em sete estados. “Mas a Finep tem problemas, sobretudo com o empenho. Alguns contratos tiveram de ser revistos”, reconheceu.

Retorno sobre investimento

“Em São Paulo, o governador João Doria e a secretária Patrícia Ellen não cogitam tirar um centavo de recursos da FAPESP, pois as lideranças sabem do papel da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento”, disse o subsecretário de Ciência, Tecnologia e Inovação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, Marcos Vinicius de Souza, presente à cerimônia de abertura do Fórum do Confap.

Esse reconhecimento, sublinhou, ficou claro quando, em junho, por ocasião do lançamento do programa Ciência para o Desenvolvimento na FAPESP, o governo mencionou que “a FAPESP não precisa do governo do Estado, o Estado é que precisa da FAPESP”. “Com essa frase, o governador colocou causa e efeito na discussão”, disse o subsecretário. (Leia mais sobre o programa Ciência para o Desenvolvimento em agencia.fapesp.br/30851).

Souza admite que áreas de fazenda e planejamento de governo têm de lidar com demandas concorrentes. “É preciso usar o argumento do retorno sobre o investimento (ROI), mostrando quanto a ciência e tecnologia podem gerar de resultados financeiros. E nós, evangelizados, não somos bons de marketing quando se trata de mostrar o ROI.” Como exemplo de comunicação bem-sucedida, mencionou o programa Ciência para Todos, realizado pela FAPESP em parceria com o Canal Futura da Fundação Roberto Marinho, lançado no dia 14 de agosto. “São 52 programas mostrando em linguagem

comum como a ciência impacta o dia a dia das pessoas." (Leia mais sobre o Ciência para Todos em agencia.fapesp.br/31224/).

Presente em uma mesa-redonda sobre o papel das FAPs para impulsionar a inovação e o empreendedorismo tecnológico, a secretária de desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo disse que é "importante os governos estaduais enfatizarem de uma forma muito clara a importância da pesquisa científica e da tecnologia".

"A classe científica precisa ouvir isso [dos governos], ser respeitada. É um papel fundamental do Executivo estadual colocar isso de uma forma clara", afirmou Ellen.

Visão estratégica do MCTIC

Júlio Semeghini Neto, secretário-executivo do MCTIC, apresentou à plateia a visão estratégica para a área de CT&I do ministério até 2022. Anunciou que o governo federal está reorganizando o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, cujo decreto será publicado em breve. Adiantou também a retomada do Programa Antártico Brasileiro e a Plataforma Nacional de Infraestrutura de Pesquisa para o período 2019-2021, com orçamento de R\$ 5 milhões, por meio da qual se pretende levantar todos os equipamentos de pesquisa existentes no país.

Semeghini disse ainda que o governo federal está empenhado em desburocratizar o acesso ao patrimônio genético e apresentará, em breve, o marco legal de startups e empreendedorismo. E que "busca formas de retomar recursos dos fundos setoriais para o Programa Centelha", de estímulo à criação de empresas inovadoras.

Desafios para a CT&I

Carlos Américo Pacheco, diretor-presidente do Conselho Técnico-Administrativo (CTA) da FAPESP, elencou os principais desafios para o avanço da ciência, tecnologia e inovação no país – superar uma performance econômica medíocre e a retração da indústria, inovação modesta, baixo protagonismo industrial etc. – e sugeriu uma nova agenda, que inclui um marco legal para startups, abertura de mercados e difusão de tecnologia, entre outros pontos.

Carlos Henrique de Brito Cruz, diretor científico da FAPESP, apresentou os programas oferecidos pela Fundação para apoiar a inovação e o empreendedorismo. "O Programa Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas (PIPE) contabiliza mais de 2.310 contratos. A FAPESP está povoando São Paulo com empresas inovadoras que, além de inovação, geram empregos."

topo ↕

BOL NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Tucana quer que universidades de SP mostrem pesquisas dos últimos 8 anos

Do UOL, em São Paulo

A deputada estadual Carla Morando (PSDB-SP) quer que USP (Universidade de São Paulo), Unesp (Universidade Estadual Paulista) e Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) apresentem um relatório detalhado sobre todas as pesquisas realizadas pelas universidades, com verbas provenientes das instituições, nos últimos oito anos.

O requerimento foi apresentado à CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Alesp

(Assembleia Legislativa de São Paulo) que investiga a gestão das universidades públicas

Nele, a parlamentar tucana pede que cada uma das universidades apresente uma listagem, em formato de Excel, que especifique pontos como:

O valor gasto pela universidade e por terceiros com cada trabalho, de forma discriminada;

A prestação de contas dos valores recebidos;

Qual foi o resultado e o benefício de cada pesquisa para a universidade e para a sociedade;

Em caso de desenvolvimento de marca ou patente decorrente de pesquisa, quem se tornou o autor desse direito;

Nas pesquisas em que houve aquisição de bens, quem ficou com a propriedade desses bens.

Para valer, o pedido precisa ser aprovado pelos demais parlamentares membros da CPI. O tema estava previsto na pauta da última reunião da comissão, que seria realizada na quarta-feira (21), mas foi cancelada.

Vice-presidente da CPI, a deputada informa, em sua página no site da Alesp, que atua nas áreas de "corte de gastos públicos" e "corte de privilégios".

Ao UOL, a deputada informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que fez o pedido porque a pesquisa é um dos temas a que ela se dedica para a elaboração de um sub-relatório da CPI. "Só conseguirei entender o processo com os esclarecimentos fornecidos pelas universidades", diz em nota.

Ela nega que a iniciativa seja uma forma de vigilância ou perseguição à pesquisa. "Como deputada estadual, sigo meu papel de fiscalizar o uso do dinheiro público", diz ela, que afirma ser necessário saber como o dinheiro do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), que tem uma parcela destinada para o financiamento das universidades estaduais paulistas, vem sendo utilizado.

Morando diz ainda que seu requerimento foi "mal interpretado". "Solicitamos apenas as pesquisas que são custeadas exclusivamente pelas universidades, sem a verba de terceiros", diz. "A medida visa compreender como as instituições realizam tal procedimento."

Pesquisadores negam falta de transparência

Marcelo Knobel, reitor da Unicamp, diz não entender os motivos pelos quais a deputada fez o requerimento. "Não acredito que falte transparência na pesquisa pública universitária", diz.

"As universidades já fazem essa prestação de contas", concorda Helena Nader, professora da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) e vice-presidente da ABC (Academia Brasileira de Ciências).

"Todo financiamento envolve dizer onde o dinheiro foi usado. [É preciso] apresentar

todas as notas fiscais e dar o produto", afirma. Ela classifica o pedido como fruto de uma "guerra contra as universidades".

Nelson Cardoso Amaral, professor da UFG (Universidade Federal de Goiás) e especialista em financiamento educacional, explica que as pesquisas costumam ser realizadas com financiamento externo --no caso do estado de São Paulo, por meio de agências de fomento como Fapesp, Finep, **Capes** e CNPq.

"Todas essas associações e instituições têm comitês de avaliações de projetos. Ou seja, é todo um processo que envolve muitos componentes de avaliação e prestação de contas", afirma.

No caso da Unicamp, Knobel diz que a maior parte das pesquisas é fomentada por essas agências externas. "Internamente, temos uma agência suplementar de pesquisa, que oferece recursos extras para pesquisas já aprovadas em outros órgãos", diz.

Ele afirma que as próprias universidades possuem órgãos de controle e passam regularmente por avaliações. Segundo ele, tanto os relatórios de transparência como os resultados das pesquisas já são públicos.

"Basta qualquer pessoa entrar no nosso site, no próprio Google, no site da Fapesp, nos currículos Lattes, em qualquer portal relacionado com pesquisa, que esses resultados estão públicos", afirma o reitor.

No texto enviado ao UOL, a deputada diz que não discorda dos atuais procedimentos e controles de transparência por que passam as universidades.

"O nosso objetivo não é penalizar os professores e pesquisadores, buscamos apenas entender como o dinheiro público está sendo utilizado pelas três universidades e se é possível otimizá-los."

Volume de pesquisas

Realizar um levantamento detalhado como esse, diz Knobel, seria "bastante difícil" --apesar de a Unicamp, segundo ele, dispor de condições para reunir essas informações. Dados da base internacional Web of Science apontam que, em 2018, a Unicamp tinha 4.981 publicações indexadas na plataforma. Em 2017, o número era de 4.547 publicações. Também em 2018, segundo a reitoria, a Unicamp detinha 71 patentes nacionais.

Procurada pelo UOL, a reitoria da USP informou que, em 2018, foram defendidos na instituição quase 6.000 trabalhos, que incluem pesquisas de mestrado e doutorado. Segundo a universidade, há ainda pesquisas que são desenvolvidas pelos docentes e outros pesquisadores. Um levantamento completo, segundo a instituição, levaria "dias".

Como exemplos de pesquisas realizadas na universidade, a USP cita um estudo que possibilitou o registro de uma patente de uma técnica que pode substituir conservantes e uma pesquisa que indica potencial de geração de energia do biogás.

Já a Unicamp cita um estudo sobre uma partícula feita de amido de milho e óleo de tomilho no combate a larvas do *Aedes aegypti* e uma pesquisa sobre um extrato de

jaboticaba na prevenção de doenças como a inflamação da próstata.

A Unesp informou que há mais de 93 mil publicações documentadas entre 2010 e 2019 no repositório da universidade. A instituição destacou como exemplo a pesquisa que resultou no soro contra picadas de abelhas.

A Unesp também disse no comunicado que todos os dados solicitados pela CPI "estão sendo fornecidos dentro do prazo estipulado, com a maior transparência possível".

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Tucana quer que universidades de SP mostrem pesquisas dos últimos 8 anos

A deputada estadual Carla Morando (PSDB-SP) quer que USP (Universidade de São Paulo), Unesp (Universidade Estadual Paulista) e Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) apresentem um relatório detalhado sobre todas as pesquisas realizadas pelas universidades, com verbas provenientes das instituições, nos últimos oito anos.

O requerimento foi apresentado à CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo) que investiga a gestão das universidades públicas

Nele, a parlamentar tucana pede que cada uma das universidades apresente uma listagem, em formato de Excel, que especifique pontos como:

O valor gasto pela universidade e por terceiros com cada trabalho, de forma discriminada;

A prestação de contas dos valores recebidos;

Qual foi o resultado e o benefício de cada pesquisa para a universidade e para a sociedade;

Em caso de desenvolvimento de marca ou patente decorrente de pesquisa, quem se tornou o autor desse direito;

Nas pesquisas em que houve aquisição de bens, quem ficou com a propriedade desses bens.

Para valer, o pedido precisa ser aprovado pelos demais parlamentares membros da CPI. O tema estava previsto na pauta da última reunião da comissão, que seria realizada na quarta-feira (21), mas foi cancelada.

Vice-presidente da CPI, a deputada informa, em sua página no site da Alesp, que atua nas áreas de "corte de gastos públicos" e "corte de privilégios".

Ao UOL, a deputada informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que fez o pedido porque a pesquisa é um dos temas a que ela se dedica para a elaboração de um sub-relatório da CPI. "Só conseguirei entender o processo com os esclarecimentos fornecidos pelas universidades", diz em nota.

Ela nega que a iniciativa seja uma forma de vigilância ou perseguição à pesquisa. "Como deputada estadual, sigo meu papel de fiscalizar o uso do dinheiro público", diz ela, que afirma ser necessário saber como o dinheiro do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), que tem uma parcela destinada para o financiamento das universidades estaduais paulistas, vem sendo utilizado.

Morando diz ainda que seu requerimento foi "mal interpretado". "Solicitamos apenas as

pesquisas que são custeadas exclusivamente pelas universidades, sem a verba de terceiros", diz. "A medida visa compreender como as instituições realizam tal procedimento."

Pesquisadores negam falta de transparência

Marcelo Knobel, reitor da Unicamp, diz não entender os motivos pelos quais a deputada fez o requerimento. "Não acredito que falte transparência na pesquisa pública universitária", diz.

"As universidades já fazem essa prestação de contas", concorda Helena Nader, professora da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) e vice-presidente da ABC (Academia Brasileira de Ciências).

"Todo financiamento envolve dizer onde o dinheiro foi usado. [É preciso] apresentar todas as notas fiscais e dar o produto", afirma. Ela classifica o pedido como fruto de uma "guerra contra as universidades".

Nelson Cardoso Amaral, professor da UFG (Universidade Federal de Goiás) e especialista em financiamento educacional, explica que as pesquisas costumam ser realizadas com financiamento externo --no caso do estado de São Paulo, por meio de agências de fomento como Fapesp, Finep, **Capes** e CNPq.

"Todas essas associações e instituições têm comitês de avaliações de projetos. Ou seja, é todo um processo que envolve muitos componentes de avaliação e prestação de contas", afirma.

No caso da Unicamp, Knobel diz que a maior parte das pesquisas é fomentada por essas agências externas. "Internamente, temos uma agência suplementar de pesquisa, que oferece recursos extras para pesquisas já aprovadas em outros órgãos", diz.

Ele afirma que as próprias universidades possuem órgãos de controle e passam regularmente por avaliações. Segundo ele, tanto os relatórios de transparência como os resultados das pesquisas já são públicos.

"Basta qualquer pessoa entrar no nosso site, no próprio Google, no site da Fapesp, nos currículos Lattes, em qualquer portal relacionado com pesquisa, que esses resultados estão públicos", afirma o reitor.

No texto enviado ao UOL, a deputada diz que não discorda dos atuais procedimentos e controles de transparência por que passam as universidades.

"O nosso objetivo não é penalizar os professores e pesquisadores, buscamos apenas entender como o dinheiro público está sendo utilizado pelas três universidades e se é possível otimizá-los."

Volume de pesquisas

Realizar um levantamento detalhado como esse, diz Knobel, seria "bastante difícil" --apesar de a Unicamp, segundo ele, dispor de condições para reunir essas informações. Dados da base internacional Web of Science apontam que, em 2018, a Unicamp tinha 4.981 publicações indexadas na plataforma. Em 2017, o número era de 4.547

publicações. Também em 2018, segundo a reitoria, a Unicamp detinha 71 patentes nacionais.

Procurada pelo UOL, a reitoria da USP informou que, em 2018, foram defendidos na instituição quase 6.000 trabalhos, que incluem pesquisas de mestrado e doutorado. Segundo a universidade, há ainda pesquisas que são desenvolvidas pelos docentes e outros pesquisadores. Um levantamento completo, segundo a instituição, levaria "dias".

Como exemplos de pesquisas realizadas na universidade, a USP cita um estudo que possibilitou o registro de uma patente de uma técnica que pode substituir conservantes e uma pesquisa que indica potencial de geração de energia do biogás.

Já a Unicamp cita um estudo sobre uma partícula feita de amido de milho e óleo de tomilho no combate a larvas do *Aedes aegypti* e uma pesquisa sobre um extrato de jabuticaba na prevenção de doenças como a inflamação da próstata.

A reitoria da Unesp não respondeu até a última atualização desta reportagem.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Um terço do que governo quer remanejar são cortes da educação

Do UOL, em São Paulo

É verdade que o governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL) propôs ao Congresso o remanejamento de R\$ 3 bilhões no Orçamento, em meio às negociações para a aprovação da reforma da Previdência na Câmara. Quase um terço desse valor sairia do Ministério da Educação (MEC). As alegações estão em postagens compartilhadas na internet.

Essas mesmas postagens, no entanto, tratam de forma enganosa a destinação dos recursos remanejados. Elas afirmam que o presidente Jair Bolsonaro distribuiu R\$ 3 bilhões para "comprar" votos de parlamentares para aprovação da reforma da Previdência.

O Comprova apurou, no entanto, que não é possível dizer que esses recursos foram usados para "comprar" parlamentares. É possível afirmar, por outro lado, que o remanejamento proposto pelo governo destina parte dos R\$ 3 bilhões para aumentar as verbas de cinco ações incluídas no Orçamento integralmente por emendas parlamentares - elas receberiam R\$ 1,77 bilhão.

O projeto ainda precisa ser aprovado pelo Congresso.

Esta verificação do Comprova investigou as informações que constam de postagens nas páginas Esquerda Diário e A Casa de Vidro no Facebook. Ambas compartilham um artigo do site Esquerda Diário cujo conteúdo também foi verificado pelo Comprova.

Como verificamos

Para verificar este artigo, o Comprova analisou a íntegra do projeto de lei publicado pelo Governo Federal, onde estão previstos os remanejamentos no Orçamento de 2019.

Analisamos para quais órgãos e programas o PL prevê aumentar os recursos e para

quais ele pretende diminuí-los. O Comprova também entrou em contato com o Ministério da Educação e com o Ministério da Economia.

Além disso, analisamos, por meio do portal SIGA Brasil, do Senado, os dados da elaboração da Lei de Orçamento Anual (LOA) de 2019 e vimos como cada um desses programas foi incluído no Orçamento deste ano - se foi iniciativa do Executivo, do Legislativo ou de ambos. Isso porque ambos os poderes podem incluir despesas no Orçamento.

Para entender o papel das emendas parlamentares entrevistamos os cientistas políticos Lara Mesquita e Vitor Oliveira. Sobre as regras orçamentárias, entrevistamos a professora de finanças públicas e orçamento público Ursula Dias Peres, da USP. Sobre o remanejamento e as emendas, contatamos Gil Castello Branco, da ONG Contas Abertas. E sobre a dívida pública, questionamos a Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão ligado ao Senado.

O conteúdo foi investigado por Nexo e Folha, e a investigação foi verificada por UOL, Estadão e Metro.

Você pode refazer o caminho da verificação do Comprova usando os links para consultar as fontes originais ou visualizar a documentação que reunimos.

O remanejamento do Orçamento

As postagens verificadas remetem a texto do site Esquerda Diário que afirma que "R\$ 3 bilhões em emendas parlamentares foram distribuídos na véspera da votação do segundo turno da Reforma da Previdência. Quase 1/3 desse valor saiu dos cortes na educação".

O artigo do Esquerda Diário se baseia em texto da Folha que mostra que quase um terço das verbas canceladas provém do Ministério da Educação (MEC). Ao todo, o MEC perde o saldo de R\$ 926 milhões. Isso porque, conforme consta no PL, o órgão teria tanto cortes em algumas de suas ações no valor de R\$ 1,16 bilhão quanto suplementação no valor de R\$ 230 milhões.

No entanto, as postagens viralizadas aumentam o teor do texto ao afirmar que "R\$ 3 bilhões em emendas parlamentares foram distribuídos" pelo governo de Jair Bolsonaro.

A reportagem da Folha não é taxativa em relação ao valor do remanejamento que seria destinado a atender interesses de parlamentares. O texto afirma que, "segundo interlocutores de Palácio do Planalto, R\$ 2 bilhões são para atender a pleitos de parlamentares e R\$ 1 bilhão se destina a ações do Ministério da Defesa."

O texto do Esquerda Diário ainda diz que reforma se trata de "cortar gastos públicos para liberar mais recursos aos donos da dívida pública".

O projeto de lei (PLN 18/2019), que ainda está em tramitação no Congresso, prevê o remanejamento de R\$ 3 bilhões do Orçamento de 2019. O projeto foi encaminhado pelo Executivo na terça-feira (6) e publicado no dia seguinte, datas em que a Câmara dos Deputados realizava a votação em segundo turno do texto-base da reforma da Previdência.

Em nota, a assessoria do MEC afirmou que o valor cancelado abrange todas as unidades do Ministério e diversos de seus programas. Sozinha uma ação do MEC relativa ao funcionamento de instituições de ensino superior, por exemplo, perderia quase R\$ 175 milhões.

Depois do MEC, o órgão que sofre maior corte é o Ministério da Infraestrutura. Se aprovada a redação do Executivo, ele perderia R\$ 757 milhões.

Os órgãos que teriam aumentos mais significativos são, em ordem decrescente, o Ministério da Defesa, o Ministério da Saúde e o Ministério do Desenvolvimento.

Entre as ações do Ministério da Defesa que teriam aumento de verba, se aprovado o remanejamento, estão a construção de submarino de propulsão nuclear (R\$ 152 milhões) e aquisição de cargueiro militar (R\$ 148 milhões).

Remanejamentos no Orçamento são parte da rotina orçamentária de qualquer governo. No entanto, a escolha de quais áreas ganham ou perdem recursos depende das prioridades do Executivo.

"Há uma escolha do governo, há determinação política dentro da regra técnica [do Orçamento]. A situação financeira está complicada, mas o governo escolheu cortar do MEC e colocar na Defesa", afirmou a professora de finanças públicas e orçamento público da USP Ursula Dias Peres.

Emendas 2

Apesar de ser possível identificar no projeto de lei de onde o governo pretende cortar verbas e para onde pretende destiná-las, não é possível afirmar com certeza quanto desse dinheiro será remanejado devido a acordos com parlamentares.

Anualmente, Planalto e Congresso em conjunto definem a Lei Orçamentária Anual (LOA), que prevê receitas e despesas para o ano seguinte. O remanejamento é uma das formas previstas em lei para alterar o que está autorizado na LOA.

Deputados e senadores podem modificar o que está definido no projeto do Executivo por meio de emendas parlamentares. Dessa forma, é possível direcionar parcela do Orçamento para cumprir compromissos políticos assumidos pelos parlamentares em seus redutos eleitorais.

O Comprova verificou que tanto as ações que serão cortadas quanto as que receberão verba possuíam emendas parlamentares no Orçamento de 2019 (aprovado em dezembro de 2018).

Do montante que o governo pretende remanejar agora, 58% (R\$ 1,77 bilhão) vão para cinco ações que foram incluídas no Orçamento integralmente por emendas.

Das cinco ações mencionadas, duas são do Ministério da Saúde (R\$ 700 milhões), duas do Ministério do Desenvolvimento Regional (R\$ 670 milhões) e uma do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (R\$ 400 milhões).

Elas se referem a custeio de serviços de atenção básica em saúde e assistência hospitalar, além de projetos de desenvolvimento sustentável, de desenvolvimento urbano e de fomento ao setor agropecuário.

Se não fossem pelas emendas parlamentares, essas ações não estariam no Orçamento de 2019, pois elas não estavam previstas no projeto de lei enviado pelo Executivo para o Congresso.

Já do montante total que será cancelado, 40% correspondem a ações integralmente de emendas. Esses dados foram obtidos a partir do SIGA Brasil, sistema com dados orçamentários disponibilizado pelo Senado.

Questionado se os valores remanejados se destinam ao pagamento de emendas parlamentares, o Ministério da Economia não respondeu. Em nota, a assessoria do órgão afirmou que, no PL, "todas as programações suplementadas e canceladas podem ser consultadas". No entanto, não consta no documento se os valores se destinam ao pagamento de emendas.

Segundo Gil Castello Branco, da ONG Contas Abertas, o que o governo pode fazer por meio de remanejamentos é destinar verbas para pleitos de parlamentares. E, por isso, não há como saber o que é pleito de parlamentar porque não se trata de uma emenda formal, mas de um remanejamento de recursos. "Vamos saber do que se trata nessa dotação [valor autorizado no Orçamento], mas não se é de algum parlamentar. Desta vez não é formal, vai ao ministério pedir, mas ninguém sabe quem pediu o quê."

Além disso, esse dinheiro não é distribuído aos parlamentares, como as postagens fazem crer. Ele é remanejado para aumentar os recursos de parte das ações previstas no Orçamento. E, em contrapartida, outras ações do Orçamento devem ter valor equivalente cancelado.

Emendas 1

O texto final do Orçamento de 2019 foi aprovado, em dezembro de 2018, com o total de despesas previstas de R\$ 3,4 trilhões e R\$ 19,2 bilhões em emendas parlamentares.

Das despesas então aprovadas, 95,4% foram para ações que tiveram suas verbas inteiramente incluídas no Orçamento pelo Executivo. As ações integralmente incluídas por emendas parlamentares, por sua vez, representaram 0,3% do valor total.

Em nota, o MEC afirmou que "a suplementação orçamentária não garante o descontingenciamento de recursos, o qual depende da liberação de limites orçamentários estabelecidos por meio do decreto de programação orçamentária e financeira para 2019". Apesar dos cortes em seu orçamento, o órgão também teve R\$ 230 milhões de suplementação.

Mesmo depois de aprovadas no Orçamento ou com o remanejamento autorizado pelo Congresso, não há garantia de quais ações serão de fato executadas. Para tanto é preciso que o governo libere o gasto desses valores por meio de decreto, só então o órgão correspondente pode executar o gasto.

As emendas parlamentares

A postagem do Esquerda Diário afirma que o governo "abriu de par em par os cofres públicos para comprar parlamentares", em referência ao uso político das emendas, quando usadas como barganha pelo Executivo. Apesar da conotação negativa que o termo pode sugerir, especialistas ouvidos pelo Comprova apontam que a prática de governos utilizarem emendas parlamentares para viabilizar projetos não é nova, nem ilegal, nem negativa.

As emendas parlamentares são prerrogativas constitucionais de senadores e deputados federais. Foram criadas para que os recursos do país fossem melhor distribuídos, pulverizando parte do dinheiro público da União para fins específicos decididos pelos congressistas e beneficiando entidades, municípios ou mesmo bairros pelo Brasil. Alguns de seus destinos podem ser reparar estradas ou comprar ambulâncias, por exemplo.

Desde 2015, uma emenda constitucional definiu que o Executivo é obrigado a executar as emendas parlamentares individuais, atingindo pelo menos o montante de 1,2% da receita corrente líquida. No geral, esse valor é menor do que o valor total de emendas aprovadas na LOA. Isso implica que o Executivo tem discricionariedade para definir quais emendas vai executar.

A partir de 2020, também as emendas de bancadas passarão a ter um percentual mínimo a ser executado. A mudança foi aprovada em junho de 2019.

"Faz parte da natureza política trocar e negociar, em troca de que se chegue a um consenso", afirma Vitor Oliveira, cientista político e diretor da consultoria Pulso Público. "As emendas são ferramentas que a Presidência tem para mobilizar os parlamentares e resolver democraticamente problemas de ação coletiva, como a aprovação de uma matéria."

"As emendas têm uma função importante para o orçamento", também diz Lara Mesquita, cientista política e pesquisadora na Fundação Getúlio Vargas. Ela afirma que parlamentares têm mais conhecimento de realidades locais (em lugares em que o governo central não pode estar), portanto sabem que áreas em quais localidades precisam de mais recursos.

No entanto, pode-se questionar, diz Mesquita, os critérios utilizados pelo governo federal para a execução ou não de determinadas emendas.

Manoel Galdino, diretor da ONG Transparência Brasil, concorda. Para ele, negociações entre governo e Congresso são legítimas, mas o processo de liberação de emendas é feito sem transparência, e nem sempre os recursos liberados após acordos são os mais válidos e efetivos para o interesse público.

"Atualmente, o que decide quais emendas serão liberadas é a negociata política, o mero jogo para aprovar uma lei", diz. Para ele, antes das liberações deveria haver avaliações técnicas que considerassem as agendas do governo e Congresso, mas também respeitassem "o mínimo de viabilidade, da eficiência e impessoalidade" para o bom uso do dinheiro público.

Por outro lado, Oliveira lembra que, desde 2015, as emendas são mais difíceis de serem usadas como moeda de troca (ou para a "compra" de parlamentares, como diz o Esquerda Diário), pois a partir daquele ano sua execução passou a ser obrigatória.

A dívida pública

Ao criticar acordos recentes de emendas parlamentares com recursos da Educação, o artigo do Esquerda Diário afirma que o suposto repasse do dinheiro do MEC para a aprovação da reforma da Previdência se trata de "cortar todos os gastos públicos [como das escolas e das aposentadorias] para liberar mais recursos aos donos da dívida pública".

A crítica à dívida pública aparece em outras publicações do site, que defende que o débito, de R\$ 3,8 trilhões em 2018, não deve ser pago. Uma postagem de 3 de maio de 2019, também sobre os cortes na Educação e a reforma da Previdência, afirma que a dívida pública é "ilegal, ilegítima e fraudulenta", que "enche o bolso dos banqueiros" e que só a abolição do pagamento "pode garantir um futuro digno à juventude e à classe trabalhadora".

Para Josué Pellegrini, consultor no Senado Federal e diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), que atua para ampliar a transparência nas contas públicas, a postagem mais recente do Esquerda Diário traz uma "visão equivocada" da dívida. "Chegar ao ponto em que o país não pudesse pagar a dívida e os credores não quisessem mais financiar o governo seria uma verdadeira tragédia econômica e do ponto de vista social", diz ele.

"Mesmo excluindo o pagamento de juros, o governo continua com um deficit enorme", Pellegrini aponta. Em 2018, o aumento da dívida da União chegou a 2,6% do valor do PIB. "Se por acaso os credores não quisessem mais financiar o governo, a União não teria como pagar o deficit [hoje coberto pelos empréstimos]. Haveria um ajuste fiscal gravíssimo."

A dívida pública da União equivale a todos os empréstimos contraídos pelo governo federal para financiar o deficit orçamentário (que inclui gastos para a oferta de serviços públicos e o refinanciamento da própria dívida), segundo definição do Tesouro Nacional. Por meio dos chamados títulos de dívida, a União capta recursos de terceiros quando suas despesas superam a receita disponível, assumindo o compromisso de devolver o valor com juros.

Atualmente, os três maiores financiadores da dívida pública são os fundos de investimentos (26,8%), fundos de Previdência (23,9%) e instituições financeiras (23,1%), mas o grupo inclui também não residentes, seguradoras e o próprio governo, segundo dados de junho de 2019 do Tesouro Nacional. A não ser pelos bancos, o valor que financia a dívida está dividido em componentes "dos quais estão por trás milhares de investidores", incluindo pessoas físicas, diz Pellegrini. Não há "donos", ele afirma, mas "todos somos detentores da dívida pública".

Emendas 3

Atualmente, a Previdência Social, com as contas deficitárias, está entre os principais

responsáveis pelo crescimento acelerado da dívida, afirma Pellegrini. Isso porque o déficit da Previdência está entre os principais responsáveis pelo déficit da União. Como as contribuições previdenciárias não são suficientes para pagar as aposentadorias, o governo acaba recorrendo a outras fontes de recursos, emitindo os títulos públicos.

Emendas 4

Analistas apontam que a reforma da Previdência é essencial para o equilíbrio fiscal, a estabilidade e o crescimento da economia. Pellegrini acrescenta que a União seria menos dependente da dívida pública (porque pagaria menos juros) se não chegasse a déficits primários tão altos, podendo inclusive aplicar recursos em outras áreas do governo.

Repercussão nas redes

O Comprova verifica conteúdos duvidosos sobre políticas públicas do governo federal que tenham grande potencial de viralização.

A publicação do Esquerda Diário sobre as emendas parlamentares e a reforma da Previdência foi divulgada na página do Facebook do site em 8 de agosto de 2019 e até o dia 21 do mesmo mês contava com mais de 6,4 mil compartilhamentos e 10 mil interações. A postagem foi também republicada pela página A Casa de Vidro, com 1,1 mil compartilhamentos até o dia 21. A ferramenta CrowdTangle, usada para análise de engajamento de posts nas redes sociais, indica que, além dessas, outras 18 páginas no Facebook e no Twitter repassaram o conteúdo e tiveram compartilhamentos.

G1 - TEMPO REAL

Inep nomeia general para ser diretor do Enem

É o quarto nome anunciado para ocupar o cargo desde o início do ano. Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb) é responsável pela elaboração do Enem.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) confirmou, nesta quinta-feira (22), a nomeação do general da reserva Carlos Roberto Pinto de Souza para a Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb). É esse órgão que coordena a elaboração do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Souza não tem formação na área de avaliação escolar. É doutor em altos estudos militares pela Escola de Comando e Estado Maior do Exército, no Rio de Janeiro, e mestre em estratégia pelo Command and General Staff College, no Kansas (EUA).

Até então, trabalhava como assessor no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Suas experiências anteriores são como servidor público no campo da Defesa: foi instrutor no Exército, chefe do Centro de Defesa Cibernética e comandante do Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército.

Troca de diretores

No início do ano, a nomeação de Murilo Resende Ferreira para a Daeb chegou a ser publicada na edição de 16 de janeiro do "Diário Oficial da União" (DOU) - mas ele nem chegou a assumir o cargo. A determinação foi revogada dois dias depois.

Apenas em 14 de fevereiro, Paulo César Teixeira ocupou o posto. Ele permaneceu pouco mais de um mês na diretoria, até pedir para ser exonerado em 27 de março. Sua decisão foi tomada logo após a queda do presidente do Inep, Marcus Vinicius

Rodrigues.

O cargo ficou vago até meados de abril, quando Francisco Vieira Garonce foi nomeado para a Daeb. Ele também deixou a função, em 6 de maio.

Em portaria publicada no DOU no dia 31 de maio, foi anunciado que Camilo Mussi seria o substituto eventual. Ele permaneceu na Daeb até Souza ser confirmado como o novo diretor.

Posicionamento do Inep

Segundo o Inep, a troca de cargos e a nomeação de um diretor da Daeb a pouco mais de 2 meses do Enem não coloca a organização da prova em risco.

"O corpo técnico especializado do instituto trabalha para que não ocorra prejuízo aos estudantes ou qualquer comprometimento nos exames. (...) o Inep mantém uma atuação de transparência para garantir o avanço e o fortalecimento da educação brasileira", afirma o comunicado.

Entenda como é feito o Enem

O Enem é realizado pelo Inep, uma autarquia do Ministério da Educação, desde 1998. Em 2009, ele se transformou em um exame para ser usado como acesso ao ensino superior. Mas usa uma metodologia diferente dos vestibulares tradicionais e, por isso, as questões não são todas elaboradas por uma mesma equipe: são retiradas de um banco de itens com milhares de questões.

Todos os anos, um grupo menor do Inep, formado por servidores da Daeb, seleciona as perguntas para elaborar três versões diferentes da prova. Duas delas são aplicadas anualmente: a primeira aplicação regular é aplicada em dois domingos seguidos, geralmente no início de novembro.

Uma segunda é aplicada algumas semanas depois para pessoas privadas de liberdade (Enem PPL), e uma terceira fica como "reserva", para o caso de algum imprevisto.

[topo](#)

GAZETA DO POVO – PR - TEMPO REAL

Mensalidade em universidade pública teria alto custo político e pouco retorno, diz Weintraub

O ministro da Educação Abraham Weintraub afirmou, em entrevista ao Poder 360, que cobrar mensalidades dos estudantes das universidades públicas acarretaria um alto custo político sem retorno suficiente que justificasse esse "estresse". Como o custo de um aluno em uma universidade pública pode ser o dobro de uma boa instituição particular, nas palavras de Weintraub, "quem pode pagar não ia querer".

"Uma família rica que possa pagar o custo de uma universidade federal, que não é mais do que 10% dos alunos, não ia querer pagar porque hoje uma universidade pública federal ela tem um custo mais ou menos o dobro ou três vezes mais do que uma escola do mesmo gabarito da iniciativa privada. Não vejo por que as famílias iriam pagar", explicou.

Segundo Weintraub, o custo de um aluno, na média, dentro de uma universidade federal, corresponde atualmente a R\$ 35 mil por ano e deve chegar a R\$ 40 mil por ano

em 2020.

As universidades públicas são caras, entre outros motivos, segundo o ministro, porque a evasão é grande (mais de 50%) e a média de permanência dos alunos nos cursos é de 6 anos e meio. Contando com outros problemas, a média de um diploma em universidade pública no Brasil pode chegar a R\$ 450 mil.

Outro fator que encarece os cursos e precisa ser repensado, na opinião de Weintraub, é o custo dos professores que dão, em média, 8 aulas por semana e recebem de R\$ 15 mil a R\$ 20 mil, em regime de dedicação exclusiva, e de R\$ 8 mil a R\$ 12 mil, quando são apenas titulares. Além disso, frisou Weintraub, em geral são 12 alunos por professor, ou seja, a produtividade dos professores seria baixa pelo salário recebido.

“Provavelmente esses números pela primeira vez alguém tem a coragem de chegar e falar”, disse. E, olhando para a câmera, disse:

“Pagador de imposto, você que esta aí: paga imposto para um cara trabalhar, ir uma vez por semana, dar aula, ganha de R\$ 15 a R\$ 20 mil, não tem compromisso se ele reprova 80% dos alunos, 90% dos alunos ele pode reprovar; não tem muitas vezes uma linha didática clara, e o aluno desiste no meio do curso. Quantos [desistem]? 50%. Em alguns cursos, 90% dos alunos desistem. Então você pega eventualmente um curso de história, filosofia e geografia aonde 90% dos alunos desistem, o aluno formado, o diploma desse aluno é muito caro”, disse.

Weintraub deu a entender ainda que muitos professores com dedicação exclusiva não encontrariam outro trabalho. “Tem faculdade que o professor mesmo que queira não consegue fazer nada [fora da faculdade]”.

“Um professor de Medicina normalmente quer clinicar, não quer só dar aula; um bom professor em escola de negócios quer fazer consultoria”, comparou. “Os professores dessas faculdades [com baixa produtividade] quase todos têm dedicação exclusiva e recebem muito mais do que professores de faculdade onde o pessoal tenta trabalhar além de dar aula”.

“Como você melhora isso? Cobrando indicadores de desempenho. Por que você está perdendo 90% dos alunos? O que está acontecendo? Para quantos alunos você deu aula nesse semestre, para três, para cinco? Só de mostrar daria uma boa melhora nos números”, disse.

E continuou: “Assim que passar o Future-se e começar a ter adesão, a gente pari passu vai passar alguns critérios [aos professores]. ‘Você pode ter número menor de aulas se publicar papers em revistas de melhor relevância. Não publica? Tem de dar mais aula”, disse Weintraub.

O ministro afirmou ainda que tirar as bolsas ociosas da **Capes** de cursos de pós-graduação ruins, com notas 3 e 4 nos últimos 10 anos, vai melhorar o aproveitamento desse recurso. Ele citou alguns nichos de excelência nas universidades, mas apontou que há muito “joio com o trigo”. “Aumentou-se muito a produção de papel e o impacto caiu. objetivamente o MEC hoje é uma grande universidade federal, uma grande folha de pagamento de professor de universidade federal”.

Escolha de reitores

Sobre a escolha de reitores, Weintraub disse que, na opinião dele, criou-se uma falsa imagem que o dinheiro da universidade “brota como o maná do Céu”, fazendo referência ao texto bíblico. O orçamento das universidades sobe, segundo o ministro, cerca de 8% ao ano acima da inflação.

“Quem paga é o povo. Se o povo paga, nós pagamos, a universidade não é dos professores, não é dos técnicos e não é dos alunos. A universidade é do povo, de todos nós. E na discussão da escolha para reitor, falta a sociedade entrar. Estamos tentando meios que a sociedade possa participar da lista tríplice”, afirmou. O Ministério da Educação estuda tentar essa mudança no Congresso, com a apresentação de um projeto de lei, feito pela própria pasta ou em parceria com deputados e senadores.

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Cooperação internacional como importante componente na área de C&T

“Temos cerca de 40 países com os quais o Brasil deve ter ações bilaterais”, destaca Wanderley de Souza, professor titular da UFRJ, em artigo para o Monitor Digital

O avanço crescente e acelerado do conhecimento científico, sobretudo a partir do século XX, é certamente fruto da intensa cooperação científica que ocorre entre instituições e entre pesquisadores de vários países. O Brasil tem se beneficiado desta cooperação, sendo que o estabelecimento de muitas linhas e grupos de pesquisa nas mais importantes instituições do país decorreu tanto da vinda de pesquisadores do exterior como do treinamento de pesquisadores brasileiros no exterior.

Mais recentemente, países como Coreia do Sul e China se beneficiaram significativamente de programas de cooperação científica, o que permitiu avanços significativos na posição desses países no cenário científico e tecnológico internacional.

A cooperação científica brasileira se deu inicialmente com países europeus, como França, Inglaterra e Alemanha. Logo em seguida, houve um predomínio da cooperação com os Estados Unidos da América, em função da sua liderança científica crescente.

Essa cooperação vem ocorrendo, sobretudo, entre os grupos de pesquisa e é apoiada tanto pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) como pela Fundação de **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. Mais recentemente, as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs) também vêm promovendo a cooperação científica internacional.

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Mesa-redonda na Academia Brasileira de Letras destaca os desafios da ciência no Brasil

ABL recebeu presidentes da ABC, Fiocruz e SBPC para conversar e debater propostas para o enfrentamento da grave situação da ciência brasileira

O presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Luiz Davidovich, a presidente da Fiocruz, Nísia Trindade e o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu Moreira, foram os participantes convidados para uma mesa-redonda na Academia Brasileira de Letras (ABL).

Recebidos pelo duplamente Acadêmico José Murilo de Carvalho, que é membro tanto

da ABL como da ABC, os três presidentes de entidades representativas da comunidade científica brasileira abordaram os desafios da ciência no Brasil.

Representando o presidente da ABC, Marco Lucchesi, Carvalho destacou que dentre os membros que pertenceram a ambas as Academias, além dele, estão Carlos Chagas Filho, Celso Furtado, Oswaldo Cruz e Roquete Pinto. Ele destacou a importância de que a comunidade científica e as instituições têm que cerrar fileiras neste momento “para preservar o que temos e para tentar sobreviver nesses tempos difíceis. Não se trata de posições partidárias, mas de defesa de interesses nacionais.”

Uma ciência jovem

Para introduzir o tema, Luiz Davidovich ressaltou que a universidade brasileira é muito jovem. A primeira a ser criada foi a Universidade Federal do Amazonas, fundada em 1909, seguida pela do Paraná (1912), do Rio de Janeiro (1920) e de São Paulo (1934). “A Universidade de Bolonha, na Itália, é de 1088; a de San Marcos, em Lima no Peru, é de 1551; a de Córdoba, na Argentina, é de 1613 e a de Harvard, nos EUA, é de 1636”, completou.

A criação da ABC, em 1916, também foi tardia, em relação a algumas de suas congêneres: a Academia de Ciências da França foi fundada em 1666 e a National Academy of Sciences dos EUA, em 1863.

Ainda assim, o desempenho e os avanços da ciência brasileira foram rápidos e impressionantes. O Almirante Álvaro Alberto era presidente da ABC quando fundou e tornou-se o primeiro presidente do então Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), em 1951, mesmo ano de fundação da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

As duas instituições, segundo o presidente da ABC, são complementares, mas muito distintas. “O CNPq mira o pesquisador, os jovens pesquisadores que entram na iniciação científica, tem os Comitês de Avaliação que avaliam o desempenho dos cientistas. Já a **Capes** olha para as instituições, avalia os cursos de pós-graduação, tem outra finalidade. E o primeiro está dentro do Ministério de Ciência, enquanto a outra está integrada ao Ministério de Educação”, explicou.

Ciência gera desenvolvimento

O trabalho conjunto das duas instituições, alinhadas às universidades, resultou numa sólida formação de recursos humanos qualificados, que garantiram o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil e trouxe riqueza para o país.

Na Embrapa – que existe porque antes existiram o Instituto Agrônomo de Campinas e a Universidade de Viçosa -, Johanna Döbereiner criou um método de fixação de nitrogênio no solo usando bactérias que aumentou entre 4 e 10 vezes a produção de soja no Brasil, dependendo da região, e economiza para o país 15 bilhões por ano em importação de adubo nitrogenado.

Há poucos anos, de acordo com Davidovich, o pré-sal era considerado uma aventura impossível, e hoje é responsável por 50 % da produção brasileira de petróleo, a partir de

uma associação entre a Petrobras e diversos laboratórios de pesquisa de universidades, como a Coppe/UFRJ.

Entre inúmeros outros exemplos de sucesso da ciência brasileira, Davidovich ressaltou ainda o sucesso do combate ao vírus da zika, numa parceria da Fiocruz, UFRJ e USP, capitaneado pela Acadêmica Celina Turchi, incluída na lista das 100 pessoas mais influentes do mundo em 2017 pela Times Magazine.

Isto tudo foi possível por anos de sucessivas políticas de Estado de formação de recursos humanos competentes para ciência, tecnologia e inovação. “Foram décadas de investimentos para esse Brasil que deu certo. Muito foi feito em pouco tempo e agregar valor às exportações brasileiras é algo de grande interesse da sociedade. O investimento em pesquisa reverte para a economia do país”, destacou o presidente da ABC.

Bioeconomia baseada na biodiversidade

Os desafios para o futuro, na visão de Davidovich, são muitos. A ABC disponibiliza em seu site, inclusive, diversas publicações com estudos de excelência sobre diversos temas de interesse socioeconômico para subsidiar políticas públicas.

A seu ver, o caminho é a bioeconomia baseada na biodiversidade. O Brasil tem 20% da biodiversidade do mundo e conhece apenas 5% dela. Este é o investimento a ser feito – conhecer e aproveitar, de forma sustentável, essa fonte fantástica de riqueza, existente não só em terra como no mar.

Prospectando o futuro

Ele aponta que as atuais fontes de receita do país estão com os dias contados. A soja, cujo maior importador é a China, está sendo plantada na África em terras compradas pelos chineses, que a obterão por menor valor, estando inclusive a menor distância. O etanol vai bem, mas o desenvolvimento dos carros elétricos também vai bem, e as empresas que estão aqui são as mesmas que investem neste novo produto.

Temos o gado, a pecuária. Sim, mas ele relata que a empresa Memphis Meat, no Vale do Silício, já está avançada nas pesquisas para produção de carne em laboratório, a partir de células tronco, sem precisar abater animais. E Israel também está investindo nessa tecnologia.

Davidovich aponta que a China também está investindo em carne celular, porque quer independência em termos de carne, pois tem uma imensa população para alimentar, e independência em soja, que é usada principalmente para alimentar o gado.

“Enfim, a balança comercial do Brasil mostra que o que se mantém em alta são só as commodities. Porque o Brasil vem se desindustrializando desde a década de 90”, observou.

Ele afirmou que temos que fazer prospecção do que está acontecendo lá fora para ver para onde temos que caminhar “O mundo está se preparando para a economia 4.0. E nós?”

Pesquisa em saúde e fuga de cérebros

A presidente da Fiocruz, Nisia Trindade, apontou a necessidade de a comunidade científica ampliar sua rede de aliados em defesa da ciência. Afirmou a importância de comprometer os setores empresariais, as diferentes agências e estreitar as relações com a sociedade, não só num movimento junto ao Parlamento, através da divulgação científica, como também da aproximação com as representações sindicais. “A agenda tem que ir além dos cientistas. O valor da ciência tem que ser abraçado pela sociedade.”

Ela destacou que é preciso fortalecer as instituições. “As universidades e as políticas públicas dão estabilidade e permanência no desenvolvimento do conhecimento e na formação de novos quadros. E o Instituto Oswaldo Cruz, que está indo para os 120 anos, tem uma importância muito grande nesse setor institucional”, reiterou.

Trindade ressaltou a I Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1994 e liderada pelo Acadêmico Carlos Morel, que segundo ela deu a base para a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), outro patrimônio da população brasileira. “Infelizmente, a desigualdade ainda é nossa mais forte característica. Melhorou em termos de saúde e educação, mas não melhorou no sentido da concentração de renda.”

E ciência e tecnologia são fundamentais para a inovação do sistema de saúde. “É impossível pensar numa coisa sem a outra, principalmente na sociedade 4.0 onde tudo tem caráter sistêmico”, explicou. E tomou como exemplo a vacinação. Contou que o Instituto Butantã já está na fase 3 de testes clínicos da vacina de dengue, mas junto com a vacina tem que vir os programas de imunização, que envolvem políticas sociais. “É um fluxo que vai do campo científico a uma visão global e soberana do país e do acesso a saúde geral e gratuita”, defendeu Trindade.

E para tudo isso, pessoas são necessárias. E pessoas qualificadas. No entanto, o que está se vendo no Brasil hoje é uma grave fuga de cérebros. As pessoas mais bem preparadas estão encontrando melhores oportunidades, com excelentes condições de trabalho, fora do país. E os bolsistas que estavam sendo preparados, tiveram as bolsas cortadas. “Há pesquisas que não podem ser interrompidas, com risco de se perder tudo que vem sendo desenvolvido há anos”, ressaltou a socióloga.

Nisia Trindade reafirmou que conhecimento sistematizado e transmitido é a base para formar recursos humanos de qualidade, alicerce para o país conseguir superar as desigualdades regionais e resgatar o protagonismo internacional na ciência.

Desafios imediatos: sobreviver e pensar à frente

O presidente da SBPC, Ildeu de Castro Moreira, focou nos desafios mais imediatos. Afirmou que a sociedade civil brasileira tem que atuar em conjunto, por um projeto nacional. No momento, devem ser conduzidas duas estratégias ao mesmo tempo – tentar sobreviver e pensar para frente. “É construir o futuro, porque ele não está dado.”

A ciência brasileira tem tido impacto econômico, tecnológico e social e, de acordo com Moreira, isso tem que ser mostrado para a sociedade. “É urgente uma política de Estado mais ampla. Precisamos de uma agenda nacional de desenvolvimento, em que ciência, tecnologia e inovação estejam no centro”, acentuou. Estas são as ferramentas que todos

os países desenvolvidos utilizam para sair das crises. Ele deu como exemplo a China, que num momento de crise fez diversos cortes, mas investiu mais 26% em ciência básica. “O Brasil está simplesmente dando um tiro no pé. Os outros países estão se desenvolvendo e nós estamos andando para trás.”

Comprovando os fatos com dados numéricos de fontes do padrão do Banco Mundial, Moreira ressaltou que a falta de políticas públicas que estimulem a iniciativa privada, que ofereçam subvenção econômica para pequenas e médias empresas freia o desenvolvimento econômico. A desindustrialização afeta inclusive a absorção dos mestres e doutores que estão sendo formados. “Eles não encontram emprego aqui então vão para fora ou estão subutilizados. Isso é um enorme desperdício dos investimentos públicos.”

Ele diz que ele e os outros representantes das comunidades científica e acadêmica vem incansavelmente entregando documentos com análises e subsídios para ações que modifiquem este quadro a todos os deputados e senadores. “Se eles não tomam as decisões corretas, não é por falta de informação. E tudo isso está repercutindo intensa e negativamente na imprensa internacional”, alertou Moreira.

Moreira observa que a excessiva riqueza natural do Brasil fez com que os brasileiros se acomodassem com a exploração delas, sem preocupação em agregar valor. “É uma cultura que não aposta no risco. Faltam políticas para mudar esse quadro”. Mas somos insistentes e repetimos: ciência não é gasto, é investimento. E gera desenvolvimento.

ABC

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

**Um terço do que governo quer remanejar são cortes da Educação
Projeto prevê remanejamento de R\$ 3 bi do Orçamento, R\$ 926 mi saem da Educação**

É verdade que o governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL) propôs ao Congresso o remanejamento de R\$ 3 bilhões no Orçamento, em meio às negociações para a aprovação da reforma da Previdência na Câmara, e que quase um terço desse valor sairia do Ministério da Educação (MEC) como alegam postagens compartilhadas na internet.

Essas mesmas postagens, no entanto, tratam de forma enganosa a destinação dos recursos remanejados. Elas afirmam que o presidente Jair Bolsonaro distribuiu R\$ 3 bilhões para "comprar" votos de parlamentares para aprovação da reforma da Previdência.

O projeto Comprova apurou, no entanto, que não é possível dizer que esses recursos foram usados para "comprar" parlamentares.

É possível afirmar, por outro lado, que o remanejamento proposto pelo governo Bolsonaro destina 58% dos R\$ 3 bilhões para aumentar as verbas de cinco ações incluídas no Orçamento integralmente por emendas parlamentares —elas receberiam R\$ 1,77 bilhão.

O projeto, que ainda precisa ser aprovado pelo Congresso, foi encaminhado pelo

Executivo na terça-feira (6) e publicado um dia depois, datas em que a Câmara dos Deputados realizava a votação em segundo turno do texto-base da reforma da Previdência.

Artigo compartilhado pelas postagens se baseia em texto da Folha que mostra que quase um terço das verbas canceladas provém do MEC. No entanto, as postagens viralizadas aumentam o teor do texto ao afirmar que "R\$ 3 bilhões em emendas parlamentares foram distribuídos" por Bolsonaro.

A reportagem da Folha não é taxativa em relação ao valor do remanejamento que seria destinado a atender interesses de parlamentares. O texto afirma que, "segundo interlocutores de Palácio do Planalto, R\$ 2 bilhões são para atender a pleitos de parlamentares e R\$ 1 bilhão se destina a ações do Ministério da Defesa."

Como verificado pelo projeto Comprova, se o remanejamento for aprovado da forma proposta, o órgão que mais perde é o MEC e o que mais ganha é o Ministério da Defesa. Os valores constam no projeto de lei (PLN 18/2019) que prevê o remanejamento e que ainda está em tramitação no Congresso.

Ao todo o MEC perde o saldo de R\$ 926 milhões, isso porque, conforme consta no PL, o órgão teria tanto cortes em algumas de suas ações no valor de R\$ 1,16 bilhão quanto suplementação no valor de R\$ 230 milhões.

Em nota, a assessoria do MEC afirmou que o valor cancelado abrange todas as unidades do Ministério e diversos de seus programas. Sozinha ação relativa ao funcionamento de instituições de ensino superior, por exemplo, perderia quase R\$ 175 milhões.

Depois do MEC, o órgão que sofre maior corte é o Ministério da Infraestrutura. Se aprovada a redação do Executivo, ele perderia R\$ 757 milhões.

Os órgãos que teriam aumentos mais significativos são, em ordem decrescente, o Ministério da Defesa, o Ministério da Saúde e o Ministério do Desenvolvimento.

Entre as ações do Ministério da Defesa que teriam aumento de verba, se aprovado o remanejamento, estão a construção de submarino de propulsão nuclear (R\$ 152 milhões) e aquisição de cargueiro militar (R\$ 148 milhões).

Remanejamentos no orçamento são parte da rotina orçamentária de qualquer governo, no entanto, a escolha de quais áreas ganham ou perdem recursos depende das prioridades do Executivo.

"Há determinação política dentro da regra técnica [do orçamento]. A situação financeira está complicada, mas o governo escolheu cortar do MEC e colocar na defesa", afirmou a professora de finanças públicas e orçamento público da USP Ursula Dias Peres.

Apesar de ser possível identificar no projeto de lei de onde o governo pretende cortar verbas e para onde pretende destiná-las, não é possível afirmar com certeza quanto desse dinheiro será remanejado devido a acordos com parlamentares.

Questionado se os valores remanejados se destinam ao pagamento de emendas

parlamentares, o Ministério da Economia não respondeu. Em nota, a assessoria do órgão afirmou que, no projeto de lei, “todas as programações suplementadas e canceladas podem ser consultadas”. No entanto, não consta no documento se os valores de destinam ao pagamento de emendas.

O que mais é possível afirmar

O Comprova verificou que tanto as ações que serão cortadas quanto as que receberão verba possuíam emendas parlamentares no Orçamento de 2019 (aprovado em dezembro de 2018).

Anualmente, Planalto e Congresso em conjunto definem a Lei Orçamentária Anual (LOA), que prevê receitas e despesas para o ano seguinte. Deputados e senadores podem modificar o que está definido no projeto do Executivo por meio de emendas parlamentares. Dessa forma, é possível direcionar parcela do Orçamento para cumprir compromissos políticos assumidos pelos parlamentares em seus redutos eleitorais.

Do montante que o governo pretende remanejar agora, 58% (R\$ 1,77 bilhão) vão para cinco ações que foram incluídas no Orçamento integralmente por emendas.

O texto final do Orçamento de 2019 foi aprovado com o total de despesas previstas de R\$ 3,4 trilhões e R\$ 19,2 bilhões em emendas parlamentares.

Das despesas então aprovadas, 95,4% foram para ações que tiveram suas verbas inteiramente incluídas no Orçamento pelo Executivo. As ações integralmente incluídas por emendas parlamentares, por sua vez, representaram 0,3% do valor total.

Das cinco ações mencionadas, duas são do Ministério da Saúde (R\$ 700 milhões), duas do Ministério do Desenvolvimento Regional (R\$ 670 milhões) e uma do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (R\$ 400 milhões).

Elas se referem a custeio de serviços de atenção básica em saúde e assistência hospitalar, além de projetos de desenvolvimento sustentável, de desenvolvimento urbano e de fomento ao setor agropecuário. Esses dados foram obtidos a partir do SIGA Brasil, sistema com dados orçamentários disponibilizado pelo Senado.

Se não fossem pelas emendas parlamentares, essas ações não estariam no Orçamento de 2019, pois elas não estavam previstas no projeto de lei enviado pelo Executivo para o Congresso.

Segundo Gil Castello Branco, da ONG Contas Abertas, o que o governo pode fazer por meio de remanejamentos é destinar verbas para pleitos de parlamentares. E, por isso, não há como saber o que é pleito de parlamentar porque não se trata de uma emenda formal, mas de um remanejamento de recursos. “Vamos saber do que se trata nessa dotação [valor autorizado no Orçamento], mas não se é de algum parlamentar. Desta vez não é formal, vai ao ministério pedir, mas ninguém sabe quem pediu o quê”, afirmou.

Esse dinheiro não é distribuído aos parlamentares como as postagens viralizadas fazem crer, ele é remanejado para aumentar os recursos de parte das ações previstas no

Orçamento. E, em contrapartida, outras ações do Orçamento devem ter valor equivalente cancelado.

Mesmo depois de o remanejamento ser autorizado pelo Congresso, não há garantia de quais ações serão de fato executadas. Para tanto é preciso que o governo libere o gasto desses valores por meio de decreto, só então o órgão correspondente pode executar o gasto.

Em nota, o MEC afirmou que “a suplementação orçamentária não garante o descontingenciamento de recursos, o qual depende da liberação de limites orçamentários estabelecidos por meio do decreto de programação orçamentária e financeira para 2019”. Apesar dos cortes em seu orçamento, o órgão também teve R\$ 230 milhões de suplementação.

Entenda o processo de aprovação do Orçamento

Anualmente, Planalto e Congresso em conjunto definem a Lei Orçamentária Anual (LOA), que prevê receitas e despesas para o ano seguinte. É competência do Executivo elaborar uma proposta de Orçamento que é enviada para o Congresso em forma de projeto de lei.

Deputados e senadores podem modificar o que está definido no projeto do Executivo por meio de emendas parlamentares. Desta forma, é possível direcionar parcela do Orçamento para cumprir compromissos políticos assumidos pelos parlamentares em seus redutos eleitorais.

Desde 2015, uma emenda constitucional definiu que o Executivo é obrigado a executar as emendas parlamentares individuais, atingindo pelo menos o montante de 1,2% da receita corrente líquida. No geral, esse valor é menor do que o valor total de emendas aprovadas na LOA. Isso implica que o Executivo tem discricionariedade para definir quais emendas vai executar.

A partir de 2020, também as emendas de bancadas passarão a ter um percentual mínimo a ser executado. A mudança foi aprovada em junho de 2019.

“As emendas têm uma função importante para o orçamento”, também diz Lara Mesquita, cientista política e pesquisadora na Fundação Getúlio Vargas. Ela afirma que parlamentares têm mais conhecimento de realidades locais (em lugares em que o governo central não pode estar), portanto sabem que áreas em quais localidades precisam de mais recursos.

No entanto, pode-se questionar, diz Mesquita, os critérios utilizados pelo governo federal para a execução ou não de determinadas emendas.

Manoel Galdino, diretor da ONG Transparência Brasil, concorda. Para ele, negociações entre governo e Congresso são legítimas, mas o processo de liberação de emendas é feito sem transparência, e nem sempre os recursos liberados após acordos são os mais válidos e efetivos para o interesse público.

Participou também desta apuração o Nexo.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

PF começa a investigar suspeita de ‘algo criminoso’ em sistemas do MEC

No começo de agosto, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, encaminhou à polícia pedido de apuração sobre uma possível sabotagem na rede do ministério

Na manhã desta quinta-feira, 22, três peritos e um agente da Polícia Federal foram enviados à sede do Ministério da Educação para averiguar a suposta “sabotagem” ao sistema Presença — utilizado para o pagamento dos benefícios do Bolsa Família — e aos portais do ProUni e do Fies. No último dia 8, o ministro Abraham Weintraub afirmou que havia enviado à polícia informações que podem indicar “algo criminoso” — a PF abriu o inquérito quatro dias depois.

Durante a visita ao órgão, os investigadores da PF conversaram com Daniel Rogério, diretor de Tecnologia e Informação do MEC, que se comprometeu a apoiar os trabalhos “de forma imparcial”. Depois da conversa, o agente e os peritos obtiveram materiais, como, segundo o ministério, um HD com dados.

“Os serviços estão caindo de uma forma que não conseguimos explicar tecnicamente. Há indícios de sabotagem. Esses indícios nos levaram a chamar a Polícia Federal para investigar e verificar se esses indícios são prova ou não de algo criminoso que possa estar acontecendo no MEC. O ministério não é polícia nem Ministério Público. Não é nosso papel dizer se há ou não crime acontecendo aqui”, declarou Weintraub quando anunciou a suspeita. Desde então, os sistemas foram restabelecidos e não sofreram com instabilidades.

DIÁRIO DO NORDESTE - CE - GERAL

Falta de orçamento ameaça futuro das bolsas do CNPq no Ceará

Ao todo, 2.295 bolsistas ficarão sem o pagamento no Estado, caso o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico não consiga aporte financeiro. No País, são necessários R\$ 330 milhões para regularizar a situação

Obstáculos na pesquisa

Entender quais são as carências da sociedade e procurar soluções para os desafios contemporâneos é uma atividade diária de centenas de pesquisadores no Brasil. No Ceará, muitos encontram suporte em bolsas universitárias que oferecem remuneração para o estudo, seja de desenvolvimento tecnológico ou social. Porém, a partir de outubro, não há orçamento para os bolsistas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Ao todo, 2.295 pesquisadores podem ser afetados no Ceará. No cenário nacional, 83.405 estudantes de graduação e pós-graduação, alguns em países como Estados Unidos, Canadá, Chile e Nova Zelândia, estão na mesma situação. Segundo o CNPq, são necessários R\$ 330 milhões para garantir o pagamento de todos os bolsistas do órgão até o fim deste ano.

No Estado, a Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Universidade Estadual do Ceará (Uece) estão entre as beneficiadas com vagas para bolsistas, conforme o mapa de investimento do órgão.

Entre os pesquisadores, está a mestrandia Cemila Pansera, 32, que saiu do Rio Grande do Sul, em 2018, para estudar Ciências do Solo na UFC. "Eu fico muito triste. O que a gente ouve, desde pequeno, é que se você quer ser alguém na vida tem de estudar. O País, para crescer, precisa muito mais do que mão de obra de mercado, precisa ser focado em pesquisa para ter um desenvolvimento da indústria nacional", reflete sobre a

situação.

Cemila desenvolve pesquisa sobre o uso de espectrorradiometria em ambiente semiárido. Apesar do título extenso, o objetivo do estudo é simples de entender: fazer o mapeamento do solo e desenvolver estratégias para a manutenção da qualidade. "Não tem muita gente trabalhando com isso e é de suma importância para a agricultura e, principalmente, para questões ambientais", destaca.

Além da relevância para a produção de alimentos, a pesquisa pode auxiliar no planejamento das cidades nos desafios como a degradação, desertificação e salinização do solo, por exemplo. "Hoje em dia, uma classificação do solo demora muito tempo. Você tem de ir no campo, coletar o solo, checar e ir ao laboratório. Isso demora vários dias", explica. Conforme a pesquisadora, com a tecnologia se economiza tempo e recursos, além de reduzir a produção de insumos que prejudicam o meio ambiente.

Cemila recebe R\$ 1.500 mensais para custear a vida em Fortaleza e, como acordado em contrato, não pode exercer outra atividade remunerada fora a da sua pesquisa. "A bolsa não é considerada um salário, na verdade, ela é um investimento público na nossa formação. No meu caso, ela me mantém aqui e eu só pude vir para cá por causa bolsa, pois é com ela que eu pago meu aluguel, contas e alimentação", ressalta.

Além de incentivo

O CNPq, agência do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), foi criado em 1951 para fomentar a pesquisa científica e tecnológica no País. As atividades desenvolvidas com o apoio do CNPq contribuem para a formação de pesquisadores, para o desenvolvimento nacional e no reconhecimento das produções brasileiras pela comunidade científica internacional.

Sobre a atual situação de limitações no orçamento e dificuldades para pagamento dos bolsistas, o órgão disse que, associado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), está envidando "todos os esforços" com o Ministério da Economia para conseguir este crédito suplementar.

Situação local

Devido às limitações no orçamento no âmbito local, as vagas para bolsista da Universidade Federal do Ceará (UFC), executadas com recursos da Universidade, não poderão ser ocupadas por outros alunos, caso os estudantes originários deixem as atividades de apoio à instituição. A decisão foi oficializada pela Pró-Reitoria de Planejamento e Administração da UFC, anunciada no dia 10 de agosto, em decorrência do bloqueio orçamentário estimado em R\$ 47 milhões, determinado pelo Governo Federal.

Com isso, serão afetadas as áreas de pesquisa e pós-graduação, graduação, extensão, assuntos estudantis e relações internacionais. Além da Secretaria de Tecnologia da Informação, de Cultura e Arte e Escola Integrada de Desenvolvimento e Inovação Acadêmica da Universidade.

Gabriela Lira, 20, é estudante de Psicologia na UFC e está em preparação para assumir uma bolsa da faculdade, com remuneração de R\$ 400, para dar suporte aos alunos de uma disciplina do curso. Ela já exercia uma atividade voluntária, mas soube da

oportunidade quando outro estudante anunciou que iria sair da monitoria estudantil. "Estava tudo certo, eu ia entregar os documentos. Foi quando eu vi a notícia que ia ser cortada a substituição e a criação de novas (bolsas). Eu fiquei totalmente sem chão porque estava contando com o dinheiro", comenta a estudante.

Anteriormente, a estudante estagiava em uma empresa privada e se desligou por perceber que seria melhor conciliar o serviço como bolsista com suas obrigações acadêmicas. "Eu ficaria na UFC e não me deslocaria para nenhum lugar. É muito cansativo ficar em um estágio e não poder fazer cadeiras optativas e coisas na Universidade no contra turno. Eu estava querendo explorar mais essa parte, cuidar mais da minha vida acadêmica", reflete sobre a medida.

Também está suspensa a publicação de editais criando novas vagas de bolsas até o momento em que o contingenciamento dos recursos estiver aplicado. Ficam de fora da medida as bolsas que são financiadas com recursos do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Por nota, a UFC ressaltou que a decisão não afeta os bolsistas que estão em atividade. "O que acontece é que as bolsas ociosas, e só aquelas que são pagas com orçamento da UFC, não poderão ser reocupadas no momento", explica.

A Instituição ainda faz o levantamento do impacto para os estudantes. "Também é relevante ressaltar que a situação é temporária, e tão logo sejam feitos aportes no orçamento, isso poderá ser revisto". Gabriela diz entender a razão da decisão, mas que não deixa de ser algo preocupante. Estava planejando custear suas passagens de ônibus, alimentação e gastos pessoais com a remuneração da bolsa. "É uma ajuda muito grande", conclui a estudante.

topo ↕

CLICK PICUI - PB - TEMPO REAL

Programas de assistência estudantil da UFCG garantem permanência dos estudantes no Ensino Superior.

William Oliveira Santos, 25 anos, possui licenciatura em Física pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e atualmente é aluno do mestrado em Física da instituição. Isaías do Nascimento Silva, 20 anos, aluno do curso de Ciência da Computação da UFCG. O que a história dos dois têm em comum? Ambos são provenientes de escolas públicas, remanescentes de quilombolas e os primeiros membros de suas famílias a entrarem no Ensino Superior.

William é morador da Comunidade Quilombola Serra do Abreu, que fica entre as cidades de Nova Palmeira e Picuí - PB, onde vivem os seus pais e irmão. Terminou o curso de licenciatura em Física, em Cuité, e já emendou com o mestrado, em Campina Grande. Já Isaías é proveniente da Comunidade remanescente do Quilombo Caiana dos Crioulos, localizado na zona rural de Alagoa Grande, PB. Faz parte de uma família com 12 irmãos, nove deles foram embora para trabalhar no Rio de Janeiro, outros dois menores de idade moram no Quilombo com os pais. A curiosidade em saber como funcionava um computador despertou o interesse pelo curso de Ciência da Computação e as aulas de Física que o professor Rafael Rodrigues, do Centro de Educação e Saúde (CES), campus de Cuité da UFCG, ministrava na comunidade o incentivaram a tentar uma vaga na universidade.

Desde 2013, o professor Rafael frequenta a comunidade dando aulas de reforço para os alunos e conta com o apoio voluntário de outros professores da região que ministram

aulas de redação e Matemática. Uma vez por semana, ele vai ao Quilombo para preparar os alunos para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).”O professor sempre está lá na comunidade nos incentivando, nos estimulando”, conta Isaías.

Além dele, outros estudantes do Quilombo também ingressaram na UFCG. Felipe de Oliveira no curso de Física, do campus de Cuité, e Maria Vitória Silva no curso de Engenharia de Biotecnologia e Bioprocessos, do campus de Sumé. “É muito bom saber que o pouco que a gente faz tem alguma contribuição. Nessa comunidades existem muitos alunos com potencial, que acabam indo trabalhar no Sudeste do país por falta de oportunidade. Então, a gente está sempre lá mostrando que existem outros caminhos”, ressalta Rafael.

Em 2017, o projeto “Aspectos matemáticos na Física do Ensino Médio do Curimataú paraibano” foi aprovado pelo Programa de Bolsas de Extensão (Probex) e contou com a participação do então estudante de licenciatura em Física, William de Oliveira. “A gente divulgava a Olimpíada de Física, realizava os experimentos nas escolas e também fomos ao quilombo para divulgar as bolsas”, explica.

E por falar em bolsas, os estudantes são unânimes em afirmar que se não fossem os programas de assistência estudantil, eles não teriam condições de permanecer na universidade. O Governo Federal, através do Programa Bolsa Permanência (PBP), concede um auxílio financeiro para indígenas e quilombolas visando minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Atualmente, o valor é de R\$ 900 para este grupo e 18 alunos da UFCG recebem a bolsa, paga diretamente pelo Ministério da Educação (MEC), com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Além desse benefício, a UFCG também conta com os programas de Residência Universitária e Restaurante Universitário, cujas seleções são realizadas semestralmente, e dos quais os dois são beneficiários - William contou com os benefícios na época da graduação. Atualmente, por conta do mestrado, ele é bolsista da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. E os programas podem ser acumuláveis com outras modalidades de bolsas acadêmicas, a exemplo de Programa de Educação Tutorial (PET), do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) ou Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX).

“Os benefícios são importantes porque eu não teria condições de me manter aqui na cidade ou me deslocar. A comunidade também não tem acesso a internet. Ficaria difícil para eu realizar os trabalhos lá também”, explica Isaías. Opinião que é compartilhada por William. “Eu venho de uma família que é pobre. Na graduação, se não tivesse a bolsa não teria condições de ir para Cuité direito porque a minha cidade não disponibiliza o ônibus todo dia como as cidades circunvizinhas. Então, ia ficar difícil porque não teria como eu me manter na cidade, mesmo sendo uma cidade pequena que o custo de vida seja mais barato. Não teria como”, diz.

Exemplo

Após o ingresso na universidade, os estudantes afirmam que despertaram o interesse de outros membros em entrar no Ensino Superior. “Sempre que vou no quilombo eles perguntam como funciona”, relata Isaías. “Depois de mim, um primo meu se interessou

e passou em Matemática, na UFCG, em Cuité. Meu irmão mais velho entrou, este ano, em Ciências da Religião, na UFPB, em João Pessoa”, revela William.

Além de se tornarem exemplo para comunidade, os dois desejam realizar atividades no Quilombo. “Eu ainda não sei que área da computação seguir, mas quero realizar algum projeto no Quilombo quando terminar o curso”, fala Isaías. William já tem a ideia formatada em sua cabeça. “A perspectiva é dar aula de reforço em Matemática porque quando eu estagiei ainda na graduação em percebi que os alunos não têm dificuldades de entender os conceitos da Física. A deficiência se dá na parte Matemática. Quero dar reforço nas escolas, onde os alunos do quilombo estudam. Como eu pude vencer na vida também quero dar essa oportunidade para outras pessoas”, finaliza animado, ressaltando que após a graduação ele começou a compreender e exercer sua cidadania. “A minha graduação me abriu os horizontes, me deu oportunidades. Você começa a entender a vida e exercer a sua cidadania e isso só vem através de um bom estudo, de uma boa educação”, conclui.

topo ↕

DIÁRIO DE CAMPOS - TEMPO REAL

Reitor da UEPG cumpre agenda política em Brasília

Miguel Sanches Neto esteve na Capes e visitou o deputado Aliel Machado para tratar de repasses à Maternidade do HU

Em viagem a Brasília, para participar da reunião mensal da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem), o reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Miguel Sanches Neto, aproveitou para cumprir uma agenda paralela, focada no destravamento de verbas destinadas para a Universidade Estadual de Ponta Grossa, um trabalho político contínuo que a reitoria vem fazendo junto aos órgãos de fomento.

Junto à **Capes**, na companhia do professor Carlos Willians Jaques Morais, coordenador do Núcleo de Tecnologia e Educação Aberta e a Distância – Nutead, o reitor apresentou as medidas de eficiência de gestão promovidas pela nova equipe da UEPG, conseguindo o compromisso de um repasse de valores de seus convênios na ordem de R\$ 650 mil. “Com este valor, conseguimos concluir nossos compromissos no exercício de 2019 e iniciar o ano seguinte”, explica o professor Carlos Willians. A UEPG tem uma larga tradição na educação a distância (20 anos), que conta com o reconhecimento das equipes pedagógicas e administrativas da **Capes**.

Na mesma linha, o reitor e o coordenador do Nutead estiveram no gabinete do deputado Aliel Machado (PSB), para tratar dos novos repasses, por parte do Ministério da Saúde, para a obra da Maternidade, que está sendo construída junto ao HU-UEPG. A obra se encontra em andamento e será um importante instrumento de saúde para os Campos Gerais, permitindo inclusive que a UEPG ofereça novas residências médicas. “Esta é a maior conquista de nosso mandato e será a primeira maternidade pública de Ponta Grossa, que irá atender mães e bebês de toda a região”, afirma o deputado. Um investimento de R\$ 4 milhões que será mais um presente da UEPG para toda a comunidade.

Junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), também foram feitas gestões políticas para a liberação do pagamento de uma emenda de bancada, da ordem de R\$ 3 milhões, destinada à readequação do campus central para melhorar o conforto acústico e térmico das salas de aulas e ampliação da rede de internet.

Para o reitor, esta articulação política é crucial em momentos em que a universidade pública, de uma maneira geral, sofre questionamentos. “Mostrar a nossa relevância para o desenvolvimento das regiões que representamos é o melhor caminho para desfazer incompreensões”, afirmou Sanches.

topo ↕

JORNAL DA MANHÃ - PR - TEMPO REAL

Reitor da UEPG cumpre agenda política em Brasília

Miguel Sanches Neto esteve na Capes e visitou o deputado Aliel Machado (PSB) para tratar de repasses à Maternidade do HU.

Em viagem a Brasília, para participar da reunião mensal da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais – ABRUEM, o reitor Miguel Sanches Neto aproveitou para cumprir uma agenda paralela, focada no destravamento de verbas destinadas para a Universidade Estadual de Ponta Grossa, um trabalho político contínuo que a reitoria vem fazendo junto aos órgãos de fomento.

Junto à **Capes**, na companhia do professor Carlos Willians Jaques Morais, coordenador do Núcleo de Tecnologia e Educação Aberta e a Distância – Nutead, o reitor apresentou as medidas de eficiência de gestão promovidas pela nova equipe da UEPG, conseguindo o compromisso de um repasse de valores de seus convênios na ordem de 650 mil reais. “Com este valor, conseguimos concluir nossos compromissos no exercício de 2019 e iniciar o ano seguinte”, explica o professor Carlos Willians. A UEPG tem uma larga tradição na educação a distância (20 anos), que conta com o reconhecimento das equipes pedagógicas e administrativas da **Capes**.

Na mesma linha, o reitor e o coordenador do Nutead estiveram no gabinete do deputado Aliel Machado (PSB), para tratar dos novos repasses, por parte do Ministério da Saúde, para a obra da Maternidade, que está sendo construída junto ao HU-UEPG. A obra se encontra em andamento e será um importante instrumento de saúde para os Campos Gerais, permitindo inclusive que a UEPG oferte novas residências médicas. “Esta é a maior conquista de nosso mandato e será a primeira maternidade pública de Ponta Grossa, que irá atender mães e bebês de toda a região”, afirma o deputado. Um investimento de 4 milhões que será mais um presente da UEPG para toda a comunidade.

Junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, também foram feitas gestões políticas para a liberação do pagamento de uma emenda de bancada, da ordem de 3 milhões, destinada à readequação do campus central para melhorar o conforto acústico e térmico das salas de aulas e ampliação da rede de internet.

Para o reitor, esta articulação política é crucial em momentos em que a universidade pública, de uma maneira geral, sofre questionamentos. “Mostrar a nossa relevância para o desenvolvimento das regiões que representamos é o melhor caminho para desfazer incompreensões”, afirmou Sanches.

Informações da Assessoria de Imprensa.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

MEC indica general da reserva para diretoria responsável pelo Enem

Carlos Roberto Pinto de Souza será o quarto indicado para a Diretoria de Avaliações da Educação Básica, vaga desde maio

BRASÍLIA - O Ministério da Educação (MEC) vai nomear o general da reserva Carlos Roberto Pinto de Souza para a coordenação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Ele será o quarto indicado pelo governo Bolsonaro, em oito meses de gestão, para assumir a diretoria que cuida de avaliações da educação básica dentro do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vaga desde maio. Entre as ações executadas pelo departamento está o Enem.

Souza não tem experiência na área de avaliações educacionais, segundo o currículo que mantém na plataforma Lattes. Ele fez doutorado em Altos Estudos Militares pela Escola de Comando e Estado Maior do Exército brasileiro, com um trabalho intitulado “A inteligência e a guerra eletrônica no contexto da guerra da informação”. Tem também mestrado em Estratégia pelo Exército dos Estados Unidos.

O próximo titular da Diretoria de Avaliações da Educação Básica (Daeb) do Inep é atualmente assessor do Exército junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) na Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico. Souza foi chefe do Centro de Defesa Cibernética, vinculado ao Ministério da Defesa, quando coordenou a área pela pasta durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos no Brasil, em 2016. Comandou ainda o Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército.

A escolha do militar para a Daeb, uma das mais importantes diretorias do Inep, foi confirmada ao GLOBO pelo MEC. A nomeação deve sair nos próximos dias, segundo a pasta. Procedimentos burocráticos estão em fase final de tramitação.

Internamente, apesar de não ter experiência direta com avaliações educacionais de larga escala, o nome do militar é visto como um quadro que pode ajudar no projeto do Enem Digital, com sua experiência em defesa cibernética e segurança de dados e sistemas. O governo anunciou que quer aplicar o exame totalmente eletrônico até 2026. Pesaram também na escolha, segundo interlocutores, especializações em gerenciamento de projetos e gestão de políticas em inovação que o general tem em seu currículo.

A área técnica do Inep considera que o Enem está encaminhado. A maior preocupação, hoje, é com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que prevê provas para mensurar a qualidade da etapa escolar. A escolha da empresa que aplicará o exame está nos trâmites finais. Na edição passada, em 2017, essa fase foi concluída em maio. O atraso no cronograma traz receios entre os servidores de que o Saeb não seja integralmente executado neste ano.

O primeiro indicado para a diretoria pela gestão Bolsonaro foi o economista Murilo Resende Ferreira, ligado ao movimento Escola sem Partido e seguidor do ideólogo de direita Olavo de Carvalho. Conforme revelou o GLOBO, Ferreira já chamou professores de desqualificados e manipuladores. A repercussão negativa das declarações levou o governo a procurar outro perfil. Antes de ser nomeado, Resende, de apenas 36 anos, participou de reuniões e circulou pelo Inep, mas ficou oficialmente no cargo por apenas dois dias.

O segundo diretor da Daeb foi o economista Paulo César Teixeira, que ficou pouco mais de um mês na função. Ele deixou o posto por solidariedade ao então chefe, Marcus Vinicius Rodrigues, demitido da presidência do Inep pelo ministro à época Ricardo Vélez Rodríguez.

Depois, a Daeb foi ocupada por Francisco Garonce, que era coordenador-geral de Educação para o trânsito do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). Ele, no entanto, foi demitido após quebrar o protocolo de segurança do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), voltado a quem quer obter certificado de ensino fundamental e médio.

Troca-troca

Conforme O GLOBO revelou, Garonce entrou na sala segura do Inep, onde ficam os itens das provas e outros dados sigilosos, para buscar a senha necessária para abrir o CD da prova, que havia sido levado por um servidor à gráfica, em São Paulo, responsável pela impressão do exame. Esse código deveria ter sido memorizado por um outro funcionário do Inep, que também vai ao local, em voo distinto do primeiro servidor.

Em total desrespeito ao protocolo de segurança, Garonce foi mais de uma vez à sala segura e anotou a senha no braço, repassando-a por telefone à subordinada. Em casos assim, o correto seria recomeçar todo o processo a partir de Brasília.

Garonce foi exonerado. O Encceja chegou a ficar ameaçado, segundo o próprio governo, que ao anunciar o problema na segurança da prova afirmou não poder garantir que haveria aplicação em 2019. A data, porém, foi mantida, e o exame está marcado para o próximo domingo.

A própria presidência do Inep já foi ocupada por três pessoas indicadas pelo atual governo. Após Marcus Vinicius, assumiu o delegado da Polícia Federal Elmer Vicenzi, que também foi exonerado. Hoje, o presidente é Alexandre Lopes, que é servidor público federal de carreira na área de comércio exterior. Vicenzi e Lopes já foram escolhas do atual ministro da Educação, Abraham Weintraub, que, por sua vez, assumiu a pasta no lugar de Véléz Rodríguez.

topo ↕

CONSULTOR JURÍDICO - TEMPO REAL

Ministério da Educação avalia cursos de ensino a distância de Direito

O Ministério da Educação deu o primeiro passo para que a graduação de Direito na modalidade on-line seja aprovada, segundo informações publicadas pelo jornal Valor Econômico nesta quarta-feira (21/8).

Pelo menos cinco instituições de ensino, que estavam pedindo permissão para abrir esse tipo de graduação, receberam nos últimos dias comunicado do MEC.

O governo federal informou que os cursos haviam sido pré-selecionados e que os respectivos campi receberam visitas de avaliadores.

Há pelo menos 12 anos o setor de ensino pede que seja aberta a modalidade de curso on-line de Direito. Atualmente, não há esse tipo de graduação devido a uma pressão da Ordem dos Advogados do Brasil.

Semana passada, representantes da OAB estiveram reunidos com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, solicitando a suspensão de abertura de novas graduações em Direito, pelo prazo de cinco anos.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Novo estatuto da UFPB propõe fim da reeleição do reitor e dos diretores de centro. Documento ainda precisa passar pelo Consepe e Consuni para, depois, ser encaminhada ao MEC.

Por G1 PB

O novo texto do estatuto da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) foi concluído nesta quarta-feira (21), na Assembleia do Congresso Estatuante. Na nova redação, os representantes propõem o fim da reeleição do reitor e vice-reitor e diretores e vices de centro.

De acordo com o relatório do professor e presidente da Assembleia do Congresso Estatuante Gustavo Batista, o novo texto, repartido em seis títulos temáticos e 124 artigos, mantém a estrutura universitária, com a preservação dos departamentos e demais órgãos.

A Assembleia Universitária, agora, poderá ter papéis deliberativos, sobretudo de temáticas com conotação político-institucional. Será formada pelos representantes dos três Conselhos Superiores: Conselho Universitário (Consuni), Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) e Conselho Curador.

Entre as principais tarefas da Assembleia Universitária, estará a de organizar, por votação secreta e uninominal, as listas tríplices para nomeação de reitor e de vice-reitor. Além disso, apreciará e votará relatório apresentado pelo reitor sobre as principais ocorrências do ano anterior, plano de atividades para novo ano letivo e proposta de matriz orçamentária no exercício fiscal.

No Consuni e no Consepe, as pró-reitorias não terão mais direito a voto, a fim de democratizar as deliberações. Elas assumirão participação propositiva, por meio da apresentação de relatórios e de esclarecimentos sobre a gestão.

O documento garante ainda que servidores técnico-administrativos se candidatem tanto para reitor quanto para diretor de Centro e chefe de Departamento. Especificamente para reitor, será necessário ser do quadro ativo permanente, ser dos dois níveis mais elevados da carreira ou possuir título de doutor e ter pelo menos dez anos de exercício na UFPB.

Já as coordenações e vice-coordenações dos cursos de graduação e de programas de pós-graduação serão ocupadas exclusivamente por professores, de modo integral e exclusivo, porque foi entendido que tais funções são necessariamente acadêmicas.

Próximos passos

Segundo a pró-reitora de Planejamento e Desenvolvimento e membro da Comissão Geral Estatuante Elizete Ventura, a minuta foi encaminhada nesta quarta-feira (21) para Procuradoria Jurídica da UFPB. Depois, será conduzida ao Consepe e, posteriormente, ao Consuni.

Ambos terão o prazo máximo de 60 dias para apreciação e deliberação. Em seguida, o documento será dirigido ao Ministério da Educação (MEC), com o intuito de publicar o novo estatuto da universidade.

topo ↕

MONITORDIGITAL - TEMPO REAL

Cooperação internacional como importante componente na área de C&T

O avanço crescente e acelerado do conhecimento científico, sobretudo a partir do século XX, é certamente fruto da intensa cooperação científica que ocorre entre instituições e entre pesquisadores de vários países. O Brasil tem se beneficiado desta cooperação, sendo que o estabelecimento de muitas linhas e grupos de pesquisa nas mais importantes instituições do país decorreu tanto da vinda de pesquisadores do exterior como do treinamento de pesquisadores brasileiros no exterior.

Mais recentemente, países como Coreia do Sul e China se beneficiaram significativamente de programas de cooperação científica, o que permitiu avanços significativos na posição desses países no cenário científico e tecnológico internacional.

A cooperação científica brasileira se deu inicialmente com países europeus, como França, Inglaterra e Alemanha. Logo em seguida, houve um predomínio da cooperação com os Estados Unidos da América, em função da sua liderança científica crescente.

Essa cooperação vem ocorrendo, sobretudo, entre os grupos de pesquisa e é apoiada tanto pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) como pela Fundação de **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. Mais recentemente, as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs) também vêm promovendo a cooperação científica internacional.

Tradicionalmente, a cooperação teve início entre pesquisadores com maior experiência. Em seguida, surgiram os programas de pós-doutorado, logo seguido pelo chamado “doutorado sanduíche”. Todos os dados disponíveis mostram claramente que a cooperação internacional proporciona a publicação de artigos científicos em revistas de maior impacto e que esses artigos são mais citados, alcançando assim maior repercussão.

O ápice da cooperação científica brasileira ocorreu com a criação do programa Ciência sem Fronteiras, que, em 2013, atingiu a marca de 101 mil bolsistas. Os cinco países que mais receberam bolsistas nesse programa foram Estados Unidos, Canadá, França, Reino Unido e Portugal.

Esse programa foi interrompido sem que se fizesse uma avaliação mais profunda dos seus resultados. Foi altamente positivo quanto a atração de pesquisadores do exterior para o país, bem como no envio de doutorandos e pós-doutores para o exterior. A maior crítica foi sobre a participação de milhares de estudantes de graduação, o que não foi devidamente avaliado.

Em um momento de grandes cortes no orçamento federal para a área de Ciência e Tecnologia (C&T), é muito importante haver critérios claros para permitir a priorização de com quem cooperar. Considero que o critério mais importante é a qualidade dos grupos de pesquisa envolvidos. Muitas vezes vamos encontrar grupos de excelência em países que não estão entre os melhores situados no ranking internacional.

No entanto, para o estabelecimento de acordos de cooperação internacional de caráter institucional devemos levar em consideração alguns critérios básicos para a escolha dos países com que vamos estabelecer programas mais robustos.

Podemos identificar pelo menos seis grupos de países. Primeiro, aqueles que efetivamente lideram a produção científica e tecnológica mundial. Em ordem decrescente de produção temos Estados Unidos, China, Reino Unido, Alemanha, Japão, França, Canadá, Itália, Austrália, Espanha, Índia, Holanda, Suíça, Coreia do Sul, Turquia, Taiwan, Irã e Suécia.

Um segundo critério importante é a capacidade dos países em inovação tecnológica. Por este critério agregamos à lista anterior Singapura, Finlândia, Dinamarca, Hong Kong, Noruega, Nova Zelândia, Irlanda, Israel e Áustria.

Um terceiro critério que deve ser considerado seria a afinidade histórica e geográfica, destacando assim Portugal, Espanha, Itália, Argentina, Uruguai, Paraguai e países africanos de língua portuguesa, especialmente Moçambique e Angola.

Um quarto critério inclui os países que integram os Brics, no caso a África do Sul, já que os demais estão listados nos critérios anteriores, bem como os países que integram o Mercosul.

Quinto, é importante continuar prestigiando os países com os quais já temos forte cooperação, acrescentando à lista Colômbia, México, Chile e Bélgica.

Sexto, julgo oportuno atentarmos para um conjunto de países com economia crescente e que alguns estudos apontam como líderes importantes no futuro, entre os quais destaco Indonésia, México, Arábia Saudita, Nigéria, Egito e Paquistão.

Levando em consideração os argumentos apresentados, temos cerca de 40 países com os quais o Brasil deve ter ações bilaterais com maior ou menor intensidade em função de prioridades temáticas. Por outro lado, é também importante fortalecer os laços de cooperação multilateral com Brics, União Europeia e Mercosul.

Wanderley de Souza

Professor titular da UFRJ, é membro da Academia Brasileira de Ciências e da Academia Nacional de Medicina.

[topo](#)

O ANTAGONISTA - BLOG

Witzel : “Bolsonaro anima as redes, e o Brasil não sai do lugar”

Em entrevista à Época, Wilson Witzel criticou Jair Bolsonaro pelo tom de suas declarações.

“O que o Bolsonaro fala, eu não falaria. Sou um pouco mais preocupado com aquilo que tenho de expressar. Meio ambiente, por exemplo. Eu não falaria em fazer cocô dia sim, dia não, como o presidente fez. Até porque isso é simplesmente inexequível. É como editar uma medida provisória sobre o uso diário de banheiro”, afirmou o governador do Rio.

Witzel, que não esconde o sonho de disputar o Planalto em 2022, disse também:

“Bolsonaro anima as redes, e o Brasil não sai do lugar.”

[topo](#)

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

País que despreza a ciência é doente, diz Pedro Moreira Salles

"Um país que dê as costas à razão e ao conhecimento será um país pobre, doente, inseguro e triste", disse presidente do conselho da CBMM e do Itaú Unibanco

Por Denyse Godoy

São Paulo — O Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro, foi palco ontem à noite de uma contundente defesa da educação e da tecnologia pela elite econômica e científica do Brasil.

Era a festa de entrega do 1º. Prêmio de Ciência e Tecnologia da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), maior produtora mundial do metal nióbio, usado principalmente para aumentar a resistência e a maleabilidade do aço. Uma plateia de cerca de 350 executivos do setor de mineração e cientistas ocupou o auditório do museu.

Abrindo a cerimônia, Pedro Moreira Salles, presidente do conselho de administração da CBMM e do Itaú Unibanco, defendeu o papel da pesquisa e da inovação para impulsionar o desenvolvimento do país.

“A produtividade do Brasil está estagnada há 20 anos. Sem alteração nesse quadro, estaremos presos na armadilha do crescimento incipiente com cadeias de produção do século 20. Esse é um sonho medíocre de país”, afirmou. “Não há aumento de produtividade sem uma academia que combine ensino com pesquisa, trabalhando em conjunto com empresas que assumam o risco de inovar. Como no Brasil o ensino privado não se dedica à pesquisa, a solução para desatar o nó da nossa produtividade passa por universidades públicas autônomas e de qualidade, onde as ideias circulam livremente e são expostas ao pensamento crítico, sem as algemas dos preconceitos e das ideologias.”

Moreira Salles disse ainda que “não existe alternativa fora dos fatos e das evidências”. “Um país que dê as costas à razão e ao conhecimento será um país pobre, doente, inseguro e triste”, afirmou. “A ciência expande o nosso horizonte e diminui a nossa perplexidade. Um país que oferece ao mundo conhecimento é um país honrado.”

O executivo frisou que, na década passada, os gestores públicos e cientistas brasileiros conseguiram reduzir em mais de 70% o desmatamento das florestas do país, “dando a maior contribuição à humanidade com a mitigação do efeito estufa”.

Em alusão às atividades que sustentam a economia do país, Moreira Salles afirmou também que as pré-condições para uma agricultura e uma mineração competitivas são a ciência e a tecnologia. “Agricultura sem pesquisa é cultura de subsistência. Mineração sem pesquisa é garimpo”, disse.

O palestrante especial da noite era o pesquisador americano Paul Romer, vencedor do prêmio Nobel de economia de 2018 por seu trabalho que comprova que a tecnologia e a inovação são os motores da prosperidade de longo prazo das nações.

Ao agradecer a presença de Romer, Moreira Salles disse: “Seus estudos são um poderoso argumento para que não descuidemos do sistema nacional de ciência,

tecnologia e inovação que vem se estabelecendo entre nós ao longo de várias décadas.

Sem esse complexo de instituições, agências e programas de ensino, fomento e pesquisa, não teríamos vencido nem parcialmente o agudo atraso econômico e social que nos caracterizava até não muito tempo atrás”. E alertou: “A descontinuidade dessas ações põe em risco o que a custo já erguemos e impede que o sistema como um todo alcance um imprescindível patamar de mais elevada complexidade”.

O mesmo tom marcou os discursos de todos os cientistas que participaram da celebração, incluindo Artur Ávila, primeiro latino-americano a receber a medalha Fields, o maior prêmio mundial de matemática, e Luiz Davidovich, presidente da Academia Brasileira de Ciências. Os pesquisadores criticaram os cortes nos orçamentos das universidades públicas e em agências de apoio pesquisa como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) promovidos pelo presidente Jair Bolsonaro.

Marcelo Viana, diretor geral do Instituto de Matemática Pura e Aplicada e um dos dois agraciados com o prêmio da CBMM, ressaltou a importância de lembrar ao governo e à sociedade o papel que o conhecimento científico tem para o desenvolvimento humano, social e econômico. “Em 30 anos como cientista, este é o período em que mais vejo talentos brasileiros saindo do país para buscar ecossistemas de pesquisa mais amigáveis e que lhes permitam desenvolver suas capacidades”, disse.

O biólogo João Calixto, o outro vencedor do prêmio, chamou os tempos atuais de obscuros. “A ciência e a tecnologia são imprescindíveis para o país superar as suas dificuldades, especialmente nossos graves problemas sociais, dos quais o desemprego é o que traz mais desalento, especialmente entre os mais jovens”, afirmou.

Calixto, que desenvolve medicamentos a partir de plantas nativas brasileiras, há 40 anos tem apoio do CNPq nos seus estudos na Universidade Federal de Santa Catarina. “Os cortes realizados pelo governo federal nos orçamentos das universidades públicas com toda certeza terão reflexos extremamente graves sobre o desenvolvimento do país em um futuro próximo”, disse.

Mas o pesquisador tentou encerrar seu pronunciamento com otimismo: “Em uma democracia, governos são passageiros. Vamos aguardar porque teremos dias melhores”. Assim como os que discursaram antes, foi ovacionado.

topo 

SURGIU - TEMPO REAL

uase 31 mil candidatos tocantinenses farão provas do Enceja 2019 no domingo, 25

As provas do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Enceja) serão realizadas em todo o País no próximo domingo, 25. No Tocantins, os quase 31 mil inscritos devem procurar com antecedência os locais onde farão o exame para que não haja problemas de localização no dia da prova.

De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), todas as informações estão disponíveis na página do participante do Enceja. Lá, os candidatos encontrarão os locais de provas, horários e demais orientações para a realização das provas no domingo.

Foto: Marcio Vieira

O Inep recomenda, ainda, que todos os candidatos imprimam o Cartão de Confirmação de Inscrição e o leve impresso no dia da prova, mesmo que sua apresentação não seja obrigatória, conforme o edital.

Além do endereço onde o participante realizará o exame, o Cartão de Confirmação de Inscrição apresenta número de inscrição, data, local e horário das provas, indicação das áreas de conhecimento e do nível de ensino, solicitação de atendimento especializado, específico e/ou pelo nome social, se for o caso, e indicação da secretaria de educação ou do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia que pleiteará a certificação.

Provas

As provas do Encceja serão aplicadas nos turnos matutino e vespertino. No período da manhã, os portões serão abertos às 8h e fechados às 8h45, com o início das provas marcado para as 9h e o término às 13h (sempre no horário de Brasília). Já na parte da tarde, a abertura dos portões será às 14h30 e o fechamento às 15h15. As provas neste período vão das 15h30 às 20h30.

Encceja

O Encceja é um exame voluntário, gratuito e destinado a jovens e adultos que não tiveram oportunidade de concluir seus estudos na idade apropriada para cada nível de ensino: no mínimo, 15 (quinze) anos completos para o Ensino Fundamental, e no mínimo 18 (dezoito) anos completos para o Ensino Médio.

Segundo informações do Ministério da Educação (MEC), mais de 2,9 milhões de estudantes se inscreveram no Encceja em 2019. No Tocantins, 30.988 candidatos deverão realizar as provas no próximo domingo, número 26,78% superior ao registrado em 2018.